



# Anais da Assembleia

Nº 100

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 76.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1991  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zarusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes, os seguintes Senhores Deputados: José Alves, Nelson Garcia, Nilton César, Plauto Miró Guimarães e Rafael Greca de Macedo (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 68/91

Curitiba, 19 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada

consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de Lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 48.900.000,00 (quarenta e oito milhões e novecentos mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE	VALOR EM Cr\$ 1,00
------------------	--------------------

### SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

- Despesas de exercícios anteriores no que se refere a contratos realizados com a Master, Alvorada, despesas com a COPEL e ressarcimento de salários	19.700.000
--	------------

### DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO, OBRAS E MANUTENÇÃO - DECOM

- Despesas com energia elétrica, água, telefonia e telex, guarda e vigilância, material de consumo, PASEP, ação trabalhista e outros custeios da Entidade	29.200.000
---	------------

Esclareço também, que os recursos para a cobertura da referida programação, são decorrentes de cancelamento de dotações da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Certo de poder contar com a atenção desta egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 48.900.000,00 (quarenta e oito milhões, novecentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná-Rural/BID, para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do

cancelamento de dotações da Administração Geral do Estado - Recursos sob a Supervisão da SEFA, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento Estadual de

Construção, Obras e Manutenção - DECOM, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## SUPLEMENTAÇÃO

## A N E X O I

FL. 01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2100	Secretaria de Estado da Administração					
2102	Gabinete do Secretário-Entidades Vinculadas					
2007	Programação a cargo do DECOM	3211.03	00	L	29.200	0173
2103	Diretoria Geral					
2002	Gerenciamento da estrutura Administrativa e Programática da SEAD	3192.00	00	L	19.700	0077
T O T A L					48.900	

(tabela pág. 07)

## CANCELAMENTO

## A N E X O I I

FL. 01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2500	Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA					
2501	Encargos Gerais do Estado					
1017	Paraná-Rural - FDE	4313.00	17	L	48.900	0178
T O T A L					48.900	

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	VALOR	N. DO REC. COP
		DA	FT	D		
		DESPESA		R		
2200	Secretaria de Estado da Administração - Entida- des Vinculadas					
2255	Departamento Estadual de Construção, Obras e Ma- nutenção - DECOM					
2016	Coordenação e Execução da Programação do DECOM					
		3120.00	00	L	4.800	0178
		3132.00	00	L	16.700	0178
		3191.00	00	L	3.800	0298
		3259.00	00	L	3.000	0178
		3280.00	00	L	900	0178
T O T A L					29.200	

## A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 69/91

Curitiba, 19 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 156.889.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e nove mil cruzeiros), conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE	VALOR EM Cr\$ 1,00
------------------	--------------------

Junta Comercial do Paraná - JCP, para atender despesas com pessoal e encargos, serviços de terceiros e encargos, salário-família e PASEP, necessários à continuidade de seus serviços.	39.792.000
--	------------

- Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, destinado a cobertura de despesas com material de consumo, serviços e encargos, transferência a pessoas e apoio a instituições privadas.	117.097.000
--	-------------

Esclareço também, que os recursos para a cobertura da referida programação, são decorrentes de "Superávit" financeiro das entidades acima relacionadas, apurado nos Balanços Patrimoniais do exercício de 1990.

Certo de poder contar com a atenção desta egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 156.889.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e nove mil cruzeiros), alterando os vigentes orçamentos Próprios da Junta Comercial do Paraná - JCP e da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, aprovados pela Lei Estadual n° 9.494 de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de "Superávit" financeiro das entidades referidas no artigo 1° desta Lei, apurado nos Balanços Patrimoniais do exercício de 1990.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, terça, em 20.08.91  
tero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I			FL. 01	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
3800	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Entidades Vinculadas					
3863	Junta Comercial do Paraná - JCP					
2164	Registros Comerciais, Industriais e Serviços de Fiscalização	3111.02	40	L	15.000	0179
		3113.00	40	L	4.000	0179
		3132.00	40	L	20.272	0179
		3253.00	40	L	20	0179
		3280.00	40	L	500	0179
4400	Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social - Entidades Vinculadas					
4487	Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR					
2244	Administração das Atividades das Unidades Soc. Oficiais	3120.00	90	L	10.000	0191
		3132.00	90	L	15.000	0191
		3259.00	90	L	1.000	0191
2245	Ação Social através de Unidades Comunitárias e Municipais	3231.00	90	L	43.000	0191
2274	Administração Geral - FASPAR	3231.00	90	L	29.000	0191
		3259.00	90	L	19.097	0191
T O T A L					156.889	

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 70/91

Curitiba, 19 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembléia Legislativa, anteprojeto de Lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), ao orçamento vigente da Fundação Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, para atender despesas com a manutenção e serviços de terceiros daquela Universidade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento no orçamento da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembléia Legislativa, rei-

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494 de 21 de dezembro de 1990, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do orçamento da própria entidade, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I ANEXO		FL. 01 CR\$ 1.000,00		
Código	Especificação	Natureza da Despesa	FT	L D R	Valor	N. do Proc. Cop.
1000	Chefia do Poder Executivo Entidades Vinculadas					
1021	Fundação Universidade Estadual de Londrina					
2089	Administração do Ensino Superior em Londrina	3120.00	40	L	100.000	0328
		3132.00	40	L	165.000	0328
T O T A L					265.000	

CANCELAMENTO		ANEXO II ANEXO		FL. 01 CR\$ 1.000,00		
Código	Especificação	Natureza da Despesa	FT	L D R	Valor	N. do Proc. Cop.
1000	Chefia do Poder Executivo Entidades Vinculadas					
1021	Fundação Universidade Estadual de Londrina					
2072	Administração do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	3120.00	40	L	265.000	0328
T O T A L					265.000	

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 71/91

Curitiba, 19 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros), ao orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21 de dezembro de 1990, com a finalidade de dar cobertura a despesas com a execução de serviços de colocação de abrigos para passageiros e de calçamento poliédrico em diversos municípios do Estado.

Esclareço também que os recursos para cobertura do referido crédito suplementar são provenientes de dotações da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494 de 21 de dezembro de 1990, para dar cobertura às atividades de apoio rodoviário a municípios, mediante alocação de recursos para execução de serviços de colocação de abrigos para passageiros e de calçamento poliédrico em diversos municípios do Estado, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de dotações da própria entidade, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterada a Programação a Cargo do DER, do orçamento da Secretaria de Estado dos

Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

A N E X O I

FL. 02

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	VALOR	N. DO PROC. COP
		DA	FT	D		
		DESPESA		R		
4600	Secretaria do Estado dos Transportes - Entidades Vinculadas					
4688	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
2204	Manutenção dos Serviços Prestados pelo DSTC	3120.00	00	L	80.000	0263
2208	Apoio Rodoviário aos Municípios	4110.00	00	L	20.000	0263
		4323.00	00	L	800.000	0263
T O T A L					900.000	

CANCELAMENTO

A N E X O I I

FL. 02

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	VALOR	N. DO PROC. COP
		DA	FT	D		
		DESPESA		R		
4600	Secretaria de Estado dos Transportes - Entidades Vinculadas					
4680	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1091	Programa Normal de Obras	4110.00	00	L	818.800	0263
2208	Apoio Rodoviário aos Municípios	4120.00	00	L	6.100	0263
2279	Conservação de Estradas Coletoras - Prorural	4110.00	00	L	24.900	0263
		4120.00	00	L	51.00	0263
T O T A L					900.000	

## SUPLEMENTAÇÃO

## ANEXO III

FL. 02

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	VALOR	N. DO PROC. COP
		DA	FT			
		DESPESA		R		
4500	Secretaria do Estado dos Transportes					
4502	Gabinete do Secretário - Entidade Vinculadas					
2202	Programação a Cargo do DER	3211.00	00	L	80.000	0263
T O T A L					80.000	

## CANCELAMENTO

## ANEXO IV

FL. 02

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	VALOR	N. DO PROC. COP
		DA	FT			
		DESPESA		R		
4500	Secretaria de Estado dos Transportes					
4502	Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas					
2193	Manutenção de Estradas - Prorural	4311.02	00	L	75.900	0263
2202	Programação a Cargo do DER	4311.02	00	L	4.100	0263
T O T A L					80.000	

MENSAGEM Nº 72/91

Curitiba, 19 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.635.500.000,00 (um bilhão, seiscentos e trinta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), procedendo, simultaneamente, à conversão da fonte 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros, para as fontes 00 - Ordinário não Vinculado, e 18 - Operações de Crédito Vinculada - PARANÁ-RURAL/BIRD, e da fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - PARANÁ-RURAL/BIRD, para a fonte 18 - Operação de Crédito Vinculada - PARANÁ - RURAL/BIRD.

O referido crédito, que suplementa o orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes e o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, tem por finalidade dar cobertura à progra-

mação do Projeto Adequação de Estradas Municipais - Paraná-Rural/BIRD-DER.

Esclareço também que os recursos para cobertura do referido crédito suplementar são provenientes de dotações do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.635.500.000,00 (um bilhão, seiscentos e trinta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, destinado a dar cobertura à programação do Projeto de Adequação de Estradas Municipais - Paraná-Rural/BIRD - DER, ficando

simultaneamente procedidas as seguintes conversões de fonte: da Fonte 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros, para as Fontes 00 - Ordinário não Vinculado, no valor de Cr\$ 748.714.000,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros), e Fonte 18 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná-Rural/BIRD, no valor de Cr\$ 148.233.000,00 (cento e quarenta e oito milhões, duzentos e trinta e três mil cruzeiros), e da Fonte 17 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná-Rural/BIRD, para a Fonte 18 - Operação de Crédito Vinculada - Paraná-Rural/BIRD, no valor de Cr\$ 489.253.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil cruzeiros), de acordo com o Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I			FL. 01	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4500	Secretaria do Estado dos Transportes -					
4502	Gabinete do Secretário - Entidades Vinculadas					
1182	Programa Paraná-Rural/BIRD - DER	3211.03	00	L	954.614	0262
		3211.03	18	L	630.886	0262
T O T A L					1.635.500	

CANCELAMENTO		A N E X O I I			FL. 02	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4500	Secretaria de Estado dos Transportes					
4502	Gabinete do Secretário - Entidade Vinculadas					
1098	Programa Paraná-Rural/BIRD - DER	4311.02	05	L	896.947	0262
		4311.02	17	L	489.253	0262
1182	Programa Paraná-Rural/BIRD - DER	4311.02	18	L	43.400	0262
2202	Programação a Cargo do DER	4311.02	00	L	205.900	0262
T O T A L					1.635.500	

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O III			FL. 02	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4600	Secretaria de Estado dos Transportes - Entidades Vinculadas					
4688	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1180	Adequação de Estradas Municipais - Paraná-Rural/BIRD - DER	3120.00	00	L	122.700	0262
		3120.00	18	L	28.300	0262
		3132.00	00	L	831.914	0262
		3132.00	18	L	652.586	0262
T O T A L					1.635.500	

CANCELAMENTO		A N E X O IV			FL. 02	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
4600	Secretaria de Estado dos Transportes - Entidades Vinculadas					
4688	Departamento de Estradas de Rodagem - DER					
1091	Programa Normal de Obras	4110.00	00	L	50.000	0262
1099	Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Paraná - Paraná-Rural/BIRD - DER	4110.00	05	L	896.947	0262
		4110.00	17	L	489.253	0212
1180	Adequação de Estradas Municipais Paraná-Rural-BIRD - DER	4110.00	18	L	43.400	0262
2204	Manutenção dos Serviços Prestados pelo DSTC	4120.00	00	L	5.000	0262
		4323.00	00	L	107.000	0262
2208	Apoio Rodoviário aos Municípios	4120.00	00	L	43.900	0262
T O T A L					1.635.500	

A Diretoria Legislativa

MENSAGEM N° 73/91

Curitiba, 19 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrêgia Assembléia Le-

gislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros) conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO/FINALIDADE	VALOR Cr\$ 1,00
Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA - Despesas com pagamentos de precatórios alimentares e não alimentares	2.000.000.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo I desta Lei, ficando simultaneamente procedida a conversão da Fonte 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros para a Fonte 00 - Ordinário Não Vinculado.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I			FL. 01	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
2500	Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEFA					
2501	Encargos Gerais do Estado					
2233	Atendimento a Precatórios Requisitórios	3291.00	00	L	1.000.000	0362
		4191.00	00	L	1.000.000	0362
T O T A L					2.000.000	

CANCELAMENTO		A N E X O II			FL. 01	
					Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
1700	Administração Geral do Estado - Recursos Sob Supervisão da SEPL					
1701	Programações Especiais, Regionais e Multisetoriais					
1104	Infra-Estrutura básica ao início da Construção da Ferroeste	4130.00	05	L	2.000.000	0362
T O T A L					2.000.000	

À Diretoria Legislativa

Curitiba, 19 de agosto de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) conforme detalhamento abaixo:

ÓRGÃO FINALIDADE	VALOR Cr\$ 1,00
------------------	-----------------

1 - MINISTÉRIO PÚBLICO

- Proporcionar infra-estrutura a 35 Comarcas do Interior do Estado com máquinas e móveis; informatizar a área de jurisprudência (PRODAZEN) nas Comarcas de instância final (Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel e Ponta Grossa), atender às promoções da Comarca de Curitiba com material permanente.

40.000.000

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUILÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000,00, (quarenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494 de 21 de dezembro de 1990 conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL. 01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	VALOR	N. DO PROC. COP
		DA	FT	D		
		DESPESA		R		
1100	Ministério Público					
1101	Ministério Público					
2121	Administração dos Serviços do Ministério Público	4120.00	00	L	40.000	0355
T O T A L					40.000	

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL. 01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		L	VALOR	N. DO PROC. COP
		DA	FT	D		
		DESPESA		R		
1100	Ministério Público					
1101	Ministério Público					
2121	Administração dos Serviços do Ministério Público	3132.00	00	L	30.000	0355
		3132.03	00	L	10.000	0355
T O T A L					40.000	

A Diretoria Legislativa

## REQUERIMENTO N° 2002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução n. 039/91 que autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO N° 2003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Nobre Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 149/91, de autoria dos Senhores Deputado César Silvestri e Albino Corazza, que altera a redação do art. 10 da Lei n. 8.933 de 26.01.91.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

## REQUERIMENTO N° 2013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 350/91 (Mensagem n. 067/91), que reajusta, na forma constante dos anexos que acompanham o presente projeto, os salários dos servidores das autarquias que especifica.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 2031

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário regime de urgência para o Projeto de Lei n. 350/91 (Mensagem n. 67/91), que dispõe sobre o reajuste dos funcionários das autarquias transformadas.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) EMILIA BELINATI

## REQUERIMENTO N° 2009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento por 10 sessões da discussão do Projeto de Lei n. 182/91.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) DR. ROSINHA

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, licença no período de 22.08.91 a 20.12.91, na forma do Artigo 132, § 3°, VI, do Regimento Interno, para tratar de interesse particular, tendo em vista sua eleição para a presidência da Comissão Executiva do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em 04 de agosto de 1991, e a necessidade de se dedicar em tempo integral ao partido.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO N° 2015

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário e com fulcro nos dispositivos constitucionais e legais, licença do seu mandato parlamentar a partir do dia 24 de agosto e até o dia 1° de setembro próximo vindouro, a fim de substituir, na qualidade de vice-prefeito, o senhor Prefeito Municipal de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner, que estará em viagem ao exterior, conforme ofício anexo.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 2017

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, da seguinte proposição:

- o Paraná, e especialmente sua capital, vêm sendo alvo de violência sem precedentes, colocando a comunidade em sobressalto pela ameaça a seu bem maior - a vida - e a seus bens materiais. O anseio da população é por segurança e, em consequência, as atividades exercidas pelas Polícias, Civil e Militar, revestem-se, a cada dia, de maior valor. Cabe a elas zelar pela segurança da comunidade. Daí a grande preocupação que surge com as notícias, veiculadas pela imprensa local e estadual, de que, face à grande defasagem salarial, poderão os organismos policiais do Paraná paralisarem suas atividades como forma de protesto.

As consequências que poderão advir da concretização de tal procedimento, são incalculáveis para a sociedade. Razão pela qual, apelamos a Vossa Excelência no sentido de que determine aos setores competentes, medidas urgentes para revisão e atualização dos vencimentos dessas duas categorias funcionais".

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa dê ciência a Sua Excelência o Senhor Vidal Vanhoni ex-Deputado Estadual do pronunciamento feito por este Deputado em Sessão Plenária de hoje.

Sala das Sessões em 20.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão da Assembleia Legislativa, hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Pinheiro da Costa, ocorrido esta manhã na cidade de Arapongas.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê conhecimento aos seus familiares, que residem à Rua Mutum-Poranga, 153, na referida Cidade de Arapongas.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Grande parte da população de Arapongas se consterna ante o infausto falecimento de Raimundo Pinheiro da Costa.

Dedicou sua vida as lides jornalísticas onde por 40 anos militou.

Como Diretor da "Gazeta de Arapongas", na sede do município, abrilhantou com raro valor aquele órgão da imprensa.

Fez da honestidade e seriedade paradigma de vida, conquistando o respeito de amigos e admiradores que reconheciam o seu trabalho em defesa da população Araponguense.

Merecedor desta homenagem que lhe tributamos, deixa, além do exemplo de vida, a esposa Alvezi dos Santos Costa e os filhos Paulo, Fernando e Gutemberg.

REQUERIMENTO N° 2000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais deste Poder, Votos de Congratulações à Unicentro - Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, em face da realização do Fórum de Debates, ocorrido na Municipalidade de Guarapuava, com os cumprimentos dirigidos à Direção, ao conjunto dos professores, estudantes e funcionários.

"Universidade: objetivos e funções no contexto social", representou, através desse Fórum, uma importante oportunidade

para refletir a respeito do processo educacional superior.

Ficou evidenciado a real preocupação dos corpos docente, discente e dos funcionários no sentido de colocar a Universidade no próprio curso da história, considerando os descaminhos sofridos por ela, marcada pela profunda desatenção ao longo de todos esses anos.

Lamentavelmente, o Paraná, através do Poder Público Estadual, tem que, com exceção da Universidade Federal, arcar com o pesado ônus para manter uma série de instituições, cuja obrigação constitucional deveria ser de responsabilidade da União.

Pudemos testemunhar, pessoalmente, a inegável disposição de todos naquele evento, em resgatar a Universidade, a rever a sua filosofia, a reestruturá-la administrativamente.

Mas, acima de tudo, tornar a Escola Pública, gratuita e popular, ainda que um sonho, a vontade de tornar realidade é possível quando existe a capacidade de enfrentar tal desafio, com determinação, competência e coragem.

Finalmente, se espera que o Fórum como o realizado em Guarapuava, ocorra permanentemente em outros quadrantes do Paraná, e que os posicionamentos surgidos desses encontros, sejam encarados com a necessária responsabilidade e respeito por parte dos governos, pois nunca é demais lembrar que a educação é fator de soberania e desenvolvimento imprescindíveis em qualquer país que queira ser uma nação.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações pelo 30° aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Kaloré, em 12 de agosto do corrente mês.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2018

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, Votos de congratulações à Revista Imprensa e à Madonald's, pelo lançamento do Glossário Verde.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É importantíssima a colaboração pres-

tada com o Glossário Ecológico, publicado na edição de junho da Revista Imprensa, com o apoio do McDonald's.

Ele foi feito para pessoas e entidades voltadas a tudo o que diz respeito ao Meio Ambiente.

O Glossário Verde, contém o significado das palavras mais utilizadas, hoje, nas relações com a natureza e constituiu importante instrumento de subsídios para discussões sobre a causa ecológica e o meio ambiente em geral.

#### REQUERIMENTO N° 2016

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações à "Federação Israelita do Paraná" e à "Organização B'nai B'rith" de Curitiba, pela feliz iniciativa de lançar, na Capital do Paraná, um programa educativo e preventivo, como auxílio aos pais para manterem seus filhos afastados das drogas, "Operação Alerta".

A sociedade brasileira, a exemplo das de outros países, vê-se hoje atingida pelo flagelo das drogas. O narcotráfico, que por muito tempo permaneceu escondido nos corredores do vício e do crime, aparece agora a descoberto, invadindo, com sua ação nefasta e destruidora do futuro, as ruas da cidade, as casas parlamentares e os lares. A atual geração de crianças e adolescentes, oprimida por fatores sócio-econômicos que contribuem para o afastamento dos pais do cenário familiar, encontra nas drogas as "muletas" e companheiros que, pensam, poderão substituir a falta e apoio destes.

A orientação desta nova geração, se impõe hoje como dever do Estado e da sociedade organizada. Adiantando-se, as duas entidades, no último dia 13, com aprovação dos conselhos Estadual e Federal de Entorpecentes e apoio da Secretaria de Estado da Educação, lançaram a OPERAÇÃO ALERTA. Programa que consiste na formação de grupos de pais que terão por missão, não apenas orientar e alertar seus próprios filhos contra as drogas, como contribuir com escolas e outras entidades na luta contra esse terrível mal.

O programa OPERAÇÃO ALERTA, que funciona na Federação Israelita do Paraná, na Rua Mateus Leme, 1.431, abre o caminho, no Paraná, para que outros grupos organizados possam também dar sua contribuição na luta contra as drogas, através da prevenção que, certamente, é o caminho mais seguro e eficaz para evitar a contaminação das nossas crianças, adolescentes e jovens por essa verdadeira epidemia que grassa no

seio da sociedade brasileira.

Por tudo isso, são, a "Federação Israelita do Paraná" e a "B'nai B'rith de Curitiba", merecedoras, por parte desta Casa, do louvor e homenagem que se pretende fique gravado nos seus Anais.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que dela se dê ciência: à "Federação Israelita do Paraná", à "B'nai B'rith de Curitiba", ao Conselho Estadual de Entorpecente (através da Secretaria de Estado da Justiça) e ao Conselho Federal de Entorpecente (através do Ministério da Justiça).

Sala das Sessões, em 20.08.91

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 2004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado Moção de Apoio pela Criação da 2ª Vara Criminal na Comarca de São José dos Pinhais, que vem merecendo atenção especial na pessoa do Vereador Alberto Nogueira daquele Município, junto aos órgãos competentes para que com a maior oferta de serviços possa beneficiar a toda a população da Comarca.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A criação de mais uma Vara Criminal, que virá atender a população dos Municípios de São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Mndirituba e Agudos do Sul, é urgente devido ao volume de trabalho causando transtornos a população e excesso de trabalho aos funcionários da atual Vara Criminal que não conseguem manter os serviços em dia devido ao volume existente.

A campanha para criação da 2ª Vara Criminal na Comarca é uma luta antiga desenvolvida por muitos cidadãos da Comarca, em especial pelo Vereador Alberto Nogueira, que merece todo nosso apoio e consideração.

#### REQUERIMENTO N° 2001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da TELEPAR, manifestação desta Assembléia Legislativa acerca da necessidade e interesse social da instalação de telefone público no Posto Príncipe, BR 376, quilômetro 301, localidade de Mauá da Serra, Município de Marilândia do Sul.

Aproveitamos o ensejo, para renovarmos a Vossa Excelência nossos votos de sincera consideração, apreço e respeito.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Mauá da Serra, Município de Marilândia do Sul, em seu trecho do quilômetro 301, da BR 376, possui no Posto Príncipe um ponto de referência e de apoio àqueles que transitam pela estrada em um os seus locais mais ermos.

Assim, esta referência, e, principalmente, apoio, aos viajantes, seriam ressaltados com a instalação de um telefone público em tal posto de abastecimento, permitindo a concessão de um importante serviço público à localidade e àqueles que por lá transitam.

REQUERIMENTO N° 1998

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário Especial do Esporte e Turismo solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de vestiário e alambrado no Estádio Municipal de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, que desde o início da administração, sempre foi uma preocupação em fazer melhorias no setor de esportes, beneficiando aquela comunidade e região, mas os recursos são mínimos, pois outras prioridades mais urgentes e até mesmo necessárias estão sendo executadas, beneficiando assim a população.

Por ser de ímpar importância o solicitado à população, é que trago tal apreciação aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando cascalhamento num trecho de 21 quilômetros, que liga a PR-460 (Guarapuava-Turvo), na altura do Km 25, até o Posto Indígena, localizado no Município de Turvo.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação vem de encontro à reivindicação de muitos anos, da Reserva Indígena, localizada no Município de Turvo.

Ocorre que a estrada que liga a PR-460, Trecho Guarapuava-Turvo, do Km 25

até o Posto Indígena, numa extensão de 21 quilômetros, vem a ser o único meio de acesso daquela população aos demais pontos do Estado.

Saliente-se que em épocas de chuvas, o trecho em questão fica intransitável, deixando os moradores daquele posto indígena, completamente ilhados, inclusive em caso de doença, quando é impossível o atendimento médico da população.

Dessa forma, é justa a reivindicação de cascalhar um pequeno trecho, que em muito iria facilitar a vida daquela já tão sofrida comunidade.

REQUERIMENTO N° 2006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Engenheiro Edy Nakamura, MD Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, reiterando solicitação no sentido de que sejam tomadas as medidas necessárias, visando a construção da terceira pista nas rampas ascendentes, e a reconstrução do acostamento da BR-277, no trecho compreendido entre os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A BR-277 possui um entroncamento no município de Cascavel, que pela sua posição geográfica é ponto de encontro de diversas rodovias, as quais têm origem nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e outros Estados da região Sudeste, bem como do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, transitando por essa rodovia, desse ponto até Foz do Iguaçu, volumoso número de caminhões de carga e veículos de passeio, por se tratar de pólo turístico de primeira grandeza, com conexão para as cidades do Paraguai e Argentina.

O tráfego intenso pela BR-277, nesse trecho, tem motivado problemas naturais de congestionamento e provocado inúmeros acidentes fatais, sendo necessário e urgente a construção da terceira pista nas rampas ascendentes e a reconstrução do acostamento da rodovia, o que certamente auxiliará na diminuição do número de acidentes e evitará, provavelmente, o congestionamento ocasionado na maioria das vezes por veículos lentos de carga.

REQUERIMENTO N° 2007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. João

Santana, DD. Ministro da Infra-Estrutura, reiterando solicitação no sentido de que sejam tomadas as medidas necessárias, visando a execução de obras de melhoria na BR-277, no trecho compreendido entre os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, conforme abaixo especificadas:

- a) duplicação da rodovia no trecho supracitado;
- b) construção da terceira pista nas rampas ascendentes;
- c) reconstrução do acostamento.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A BR-277 possui um entroncamento no município de Cascavel, que pela sua posição geográfica é ponto de encontro de diversas rodovias, as quais têm origem nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e outros Estados da região Sudeste, bem como do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, transitando por essa rodovia, desse ponto até Foz do Iguaçu, volumoso número de caminhões de carga e veículos de passeio, por se tratar esse município de pólo turístico de primeira grandeza, com conexão para as cidades do Paraguai e Argentina.

O tráfego intenso pela BR-277, nesse trecho, tem motivado problemas naturais de congestionamento e provocado inúmeros acidentes fatais, sendo necessário, dessa forma, a urgente execução de obras de melhoria, conforme reivindicamos, na certeza de que, se atendido o postulado, haverá um decréscimo considerável no número de acidentes, e o fim do congestionamento, uma vez que o mesmo é ocasionado principalmente na lentidão de veículos de carga.

**REQUERIMENTO N° 2020**

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Figueiredo Maia Mendonça Júnior, Presidente da Caixa Econômica Federal, indagando quantos alunos paranaenses foram beneficiados com a última listagem do Crédito Educativo e qual o montante destinado ao Estado do Paraná neste programa, tendo em vista a relação divulgada no presente mês de agosto, contendo o nome dos novos bolsistas.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

**REQUERIMENTO N° 2021**

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência oficial ao Excelentíssimo Sr. Carlos Chiarelli, Ministro de Es-

Curitiba, terça, em 20.08.91

tado da Educação, indagando qual o montante destinado pelo Governo Federal para o programa de Crédito Educativo, neste ano, para atendimento de novos bolsistas. Respeitosamente requer, ainda, que seja fornecido o montante destinado a cada um dos Estados da Federação.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

**REQUERIMENTO N° 2022**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o nobre Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Educação, Sr. Elias Abrahão, solicitando estudo para instalação e melhoria no sistema de iluminação interna e externa, reparos no pátio e consertos nas instalações hidráulicas da Escola Estadual Maestro Bento Mossurunga, em Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que da decisão seja dada ciência a Sra. Marize dos Santos, DD. Diretora da Escola Estadual Bento Mossurunga, Ensino de 1° Grau, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

**JUSTIFICATIVA:**

O sistema de iluminação interna e externa encontra-se em estado precário, igualmente as instalações hidráulicas, não oferecendo condições de uso.

**REQUERIMENTO N° 2023**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o nobre Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança, Sr. José Moacir Favetti, solicitando implantação de um módulo policial nas proximidades da Escola Estadual Maestro Bento Mossurunga, em Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que da decisão seja dada ciência a Sra. Marize dos Santos, DD. Diretora da Escola Estadual Bento Mossurunga, Ensino de 1° Grau, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

**JUSTIFICATIVA:**

A escola é situada numa região periférica, com terrenos baldios nas proximidades, facilitando a prática de atos de vandalismo. A instalação do módulo policial, por certo coibirá e dará maior segurança aos alunos e ao patrimônio público.

**REQUERIMENTO N° 2019**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

01. Quais as "correções" a serem procedidas e que justificaram o pedido de devolução da Mensagem nº 231/90, de 14 de dezembro de 1990, que tinha por objetivo alterar a tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 107 da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973?

02. Por que os pontos a serem "corrigidos" só foram detectados após o envio da mensagem ao Poder Legislativo?

03. A quem foram confiados os estudos e realização das "correções" na referida mensagem?

04. Quando a matéria retornará ao Poder Legislativo e quais os estudos realizados pela atual administração quanto à alteração da tabela de escalonamento vertical da Polícia Militar?

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Quando o Poder Executivo enviou a Mensagem nº 231/90, em 14 de dezembro de 1990, à Assembléia Legislativa, certamente o fez reconhecendo a necessidade urgente de proceder-se algumas alterações na Tabela de Escalonamento Vertical de que trata o Art. 107 da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973.

As defasagens da tabela acabam por propiciar injustiças irreparáveis aos integrantes dos quadros da Polícia Militar, sobretudo aos menos graduados.

Considerando a importância da valorização dos nossos policiais no conjunto de fatores que atuam na política do Estado para garantia da segurança pública é urgente o reordenamento da referida tabela, inclusive, para garantir a tais profissionais a dignidade recíproca à elevada função que desenvolvem.

Havendo sido anunciado tacitamente, pelo Sr. ex-Governador Álvaro Dias, em seu Ofício DTL/46/91, de 08 de janeiro de 1991, que o pedido de devolução da Mensagem enviada ao Legislativo justificava-se pela necessidade de "serem procedidas algumas correções" criou-se entre os Parlamentares que dela tiveram conhecimento e junto à própria classe policial militar a expectativa do retorno da matéria para sua discussão e votação.

Isto, até a presente data, não ocorreu, razão por que recorremos ao presente expediente para conhecer os motivos do Poder Executivo para tal atitude.

PROJETO DE LEI Nº 289/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As atividades de Rodeio, no território paranaense, passam a ser regidas por esta lei.

§ 1º - Denomina-se Rodeio todo e qualquer encontro de peões, cavalos e/ou touros de cunho beneficente ou não.

§ 2º - Como peões deve ser entendido como todos os profissionais envolvidos no espetáculo (montadores, salva-vidas, etc).

Art. 2º - As atividades de Rodeio poderão ser realizadas quando, no mínimo, atenderem aos seguintes requisitos:

a. possuam a autorização da Associação Paranaense dos Profissionais de Rodeio - APPR;

b. tenham apólice de seguro de vida e acidentes pessoais, para garantia dos peões envolvidos;

c. tenham, no local, ambulância e suportes médicos necessários.

Art. 3º - A autorização da Associação Paranaense dos Profissionais de Rodeio - APPR, não exime os patrocinadores e realizadores dos referidos Rodeios em atender todas as determinações adicionais das autoridades locais para proteção do público.

Art. 4º - A proteção aos animais deverá ser atendida devendo os montadores utilizarem esporas sem pontas, além de atenderem às exigências da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e de Entidades não governamentais que tenham como objetivo a proteção dos animais.

Art. 5º - Quando o Rodeio oferecer premiação e/ou competição, os juizes de rodeio deverão comprovar sua filiação à APPR.

Parágrafo único. O resultado das competições deverá ser remetido à APPR, para efeito do "Ranking" estadual.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de regulamentação da atividade de rodeios prende-se ao fato de que o homem, o peão, estarem sendo explorados pelos realizadores destes eventos e não possuírem como se defender.

A exploração é feita através da realização destes eventos, onde o ponto máximo

é o momento onde se apresentam os peões montados em touros ou cavalos competindo entre si.

Porém, por esta participação que é a que faz a bilheteria, onde milhares de pessoas pagam ingressos, estes peões recebem por sua participação valores irrisórios frente o risco de vida e acidentes que possam sofrer.

Desta forma, se cada evento futuro atender às regras e exigências da Associação Paranaense de Profissionais de Rodeio - APPR, entidade de classe que congrega todos os profissionais do Estado do Paraná, acreditamos minorar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do rodeio.

O projeto não torna excludente as exigências das autoridades quanto a este evento público e define em seus artigos proteção ao homem, ao público e aos animais e principalmente exige que os cuidados da lei se apliquem a eventos de quaisquer portes e de cunho beneficente ou não.

#### PROJETO DE LEI N° 355/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Público estadual autorizado, quando da realização de concurso público, a exigir a apresentação de histórico escolar correspondente, apenas no caso de preenchimento da vaga para o qual tenha se dado a aprovação.

Art. 2° - O histórico escolar, equivalente ao nível de 1°, 2° ou 3° graus, terá que ser reconhecido como ensino pelos órgãos responsáveis, Secretaria de Estado da Educação e Ministério da Educação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

#### JUSTIFICATIVA:

Como se não bastassem as enormes dificuldades para freqüentar os bancos escolares em qualquer dos seus níveis - obstáculos esses que já começam com o próprio ingresso tantas vezes limitado ou a evasão escolar sempre alarmante - os que conseguem a duras penas obter o seu diploma, começam a enfrentar um outro grande problema. Trata-se da carreira profissional, cujo exercício se defronta com incontáveis limitações, decorrentes da situação econômica do País que, entre outros fatores, desprestigia o formando com reunerações irrisórias, como que desconsiderando os longos esforços desenvolvidos na vida e na escola.

O ensino de primeiro grau, segundo dados fornecidos pela Secretaria da Educação, conta com 1.063.121 alunos matriculados, sendo que para o nível médio existem

Curitiba, terça, em 20.08.91

178.173 estudantes; no que tange à rede pública de nível superior, são 51.779, dados de abril, fornecidos pela Secretaria de Ciência e Ensino Superior, que estima em 26.638 alunos na rede particular e 13.587 (dados de 88) em faculdades, além de cerca de 12 mil na rede municipal.

Arredondando os números, já que nem todos os dados são precisos, seguramente temos no Paraná mais de um milhão e quarenta e seis mil pessoas - 1.046.000. Em que pese os problemas, todas pessoas têm para consigo alguma perspectiva por menor que seja para se colocar no processo produtivo para - como se diz no jargão popular - "vencer na vida".

Neste sentido e no bojo dos futuros profissionais, apresentamos o aludido plano de lei. Conscientes de que não se resolverão os problemas, por outro lado, temos também claro que se abre uma porta, como um importante caminho, acima de tudo para reconhecer o potencial daqueles que almejam um espaço profissional com a consequente posição social.

Cabe ressaltar, finalmente, que o encaminhamento desta proposta na forma da lei, toma como realidade o próprio concurso para o Magistério Estadual, quando se exigiu o diploma para o simples exame, enquanto que, se aprovados, a validade do mesmo concurso é de pelo menos dois anos. Por poucos meses centenas de pessoas ficaram privadas de se submeterem a tal teste.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio de todos os Srs. Parlamentares, na certeza de que este projeto de lei traduz o real interesse e necessidade dos estudantes de todos os níveis, acadêmicos hoje e prestes a serem profissionais amanhã e que esse amanhã seja o mais próximo e seguro possível.

#### PROJETO DE LEI N° 356/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Pato Branco, Estado do Paraná o lote de terra n° 01 da quadra n° 32, da Planta Oficial da Cidade, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n° 11.180, datada de 15 de junho de 1966, livro n° 03, fls. 280, do Cartório do 1° Ofício da Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

Art. 2° - O imóvel de trata o art. 1°, será destinado a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente projeto, objetiva atender antiga reivindicação da sociedade local. Com o retorno do citado terreno ao Município de Pato Branco, muito facilitará a instalação do Órgão pois, devido a localização central será de fácil acesso aos que buscam seus serviços.

Sabemos que a Junta da Conciliação e Julgamento do Trabalho recebe um grande número de pessoas que vão em busca de seus direitos trabalhistas.

Consideramos ser de necessidade de toda a coletividade, é que contamos com o apoio desta Casa, para podermos rapidamente conseguir atender aos que necessitam dos serviços oferecidos por tal Órgão.

PROJETO DE LEI N° 357/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI" de Paranavaí - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei n° 6994, tendo em vista que a APMI de Paranavaí é cumpridora de todos os quesitos previstos no artigo 1° da referida Lei.

A APMI foi fundada em 19/11/61, em Paranavaí, é possuidora de personalidade Jurídica, tendo seus registros de Estatuto no RTD de Paranavaí - sob o n° 043 de 17/03/64.

Possui o CGC/MF sob n° 76728302/0001-42, tendo sua sede e foro na Rua Pereira Passos, s/n° - Centro Esportivo do Jardim São Jorge, em Paranavaí - Pr.

Sua Diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração, bem como seus sócios.

Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente ao último exercício demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos estatutários que são o de desenvolver ações que concorram para o atendimento de crianças, mães e das famílias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É lido o expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, a Bancada do Partido dos Trabalhadores vem a esta tribuna hoje para dar conhecimento a esta Casa, ao povo do Paraná e que fique registrado nos Anais da Assembleia a posição oficial do nosso Partido com relação ao golpe de Estado ocorrido na União Soviética e que traz hoje uma preocupação para toda a humanidade. Trata-se de uma grande potência militar com graves problemas econômicos, sociais e políticos e que a sua situação hoje coloca em risco a própria estabilidade do mundo inteiro.

Esta é a nota do Partido dos Trabalhadores (Lê):

"O PT E A DERRUBADA DE GORBACHOV

O Partido dos Trabalhadores manifesta sua profunda indignação em relação aos últimos acontecimentos da União Soviética que culminaram com o afastamento de Mikhail Gorbachov da Presidência da República.

A alegação de que Gorbachov enfrenta "problemas de saúde" é a ridícula desculpa para um golpe de Estado perpetrado pela burocracia conservadora do Partido Comunista com o apoio das forças armadas e da polícia política.

A derrubada do presidente soviético, mais do que uma ação ilegal, semelhante àquelas dos generais latino-americanos, tem por objetivo frustrar o processo de democratização da sociedade e do sistema político soviéticos em cursos nos últimos anos. Isto fica evidente nas medidas ditatoriais adotadas pelos novos governantes: proibição de greve e manifestações; interdição dos partidos políticos; censura aos meios de comunicação, e outras restrições previstas pela decretação do estado de emergência.

Sob o pretexto de dar solução à grave crise econômica, política e social que a URSS enfrenta, a burocracia intervém para preservar seus privilégios ameaçados pela irrupção das massas na cena política soviética. Este ato de força lança mais descrédito sobre a idéia de socialismo em nome da qual essa violência é cometida.

O PT, para quem as idéias de socialismo e liberdade são indissolúveis, se associa à luta de todos os cidadãos soviéticos contra o golpe de Estado, pelo estabelecimento e ampliação imediatos da legalidade e das liberdades democráticas na URSS.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente do Partido dos Trabalhadores

Marco Aurélio Garcia

Secretário de Relações Internacionais"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares, represen-

tantes dos servidores desta Casa, imprensa falada e escrita presentes. Amanhã um homem que soube construir comunidades, daqueles que traçaram sulcos profundos na passagem do seu dia-a-dia como exemplos a serem seguidos por todas as gerações. Um jornalista, um ex-vereador e um ex-delegado de polícia receberá da Câmara Municipal de São José dos Pinhais a maior láurea que se outorga a um cidadão, que é o Título de Cidadania Honorária.

Queremos, Srs. Deputados, requerer que se inscrevam nos Anais desta Casa as palavras escaradas na tribuna de São José pelo jornalista Edson Duarte, que, pela sua oportunidade e pela justeza de seus termos, merecem que o façamos nesta oportunidade. É a mensagem do reconhecimento dos Vereadores Alberto Nogueira e Segismundo Salata daquela Edilidade de São José dos Pinhais que outorgaram aquela homenagem, que amanhã oficialmente Renê Miranda receberá.

Diz o artigo o seguinte: (Lê)

#### "A MENSAGEM DO RECONHECIMENTO

Os vereadores Alberto Nogueira e Segismundo Salata souberam, com senso de oportunidade e justiça, que já ia chegando o momento de prestar a Renê Miranda a homenagem do título de Cidadão Honorário de São José dos Pinhais.

A cidadania honorária é uma ação honrosa que dignifica o homenageado, sua família e seus descendentes. É um tributo ao trabalho, à participação comunitária e, mesmo, ao desvelo com que Renê Miranda tratou, definiu e solucionou problemas de todos nós.

Vivendo dois lados importantes da vida comunitária (foi delegado de Polícia e Vereador) Renê soube sempre manter o equilíbrio e a serenidade, sem perder o rumo objetivo das coisas práticas.

Como jornalista profissional fez da atividade, antes de um ofício, uma missão. Cumpriu-a sempre com a dignidade dos despreendidos, usando a paz de consciência como parâmetro único de vida.

Renê Miranda soube enfrentar ao longo de seu viver trabalhoso os desafios que se lhe antepuseram, com entusiasmo e alegria. Colecionou pedras, espinhos, flores, tempestades e brisas suaves sem perder a verticalidade do caráter diante da plateia sãojoseense que - motivada - acompanhou com encanto e fé as atitudes e as posições do - hoje - seu mais novo cidadão.

Renê Miranda entra numa galeria histórica para perpetuar-se nos corações. Abertos põe à disposição de São José dos Pinhais, com alma e despreendimento. Renê é mais - muito mais - do que um arquivo de lembranças. É um repositório de opções, como já demonstrou pelos serviços presta-

dos. É uma reserva comunitária com seu cabedal de conhecimentos que o dia-a-dia de seu tempo tornou possível criar, com o determinismo dos fortes e dos simples.

Assim como Renê Miranda esteve sempre ao alcance de nosso cumprimento e de nossa saudação, estava também ao alcance desta homenagem que a comunidade sãojoseense lhe presta. OUTORGANDO-LHE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO.

Esta honraria, sãojoseense, é avalizada, endossada e subscrita por TODOS NÓS.

(Edson Duarte)"

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, venho a tribuna hoje para transmitir aqui aos senhores parlamentares uma preocupação que não deve ser apenas minha, mas de todos nós Deputados que representamos o Estado do Paraná.

Há uma grande movimentação nos meios policiais para que haja até uma greve nas próximas horas. A classe policial, tanto civil como militar, em especial, a civil, já tirou uma posição na semana passada, de um alerta ao senhor Governador do Estado, ao senhor Secretário da Segurança Pública, no sentido de que se não forem atendidas as reivindicações da categoria, poderá, no dia de amanhã, em assembléia marcada, poderá tirar o indicativo de uma greve e isto trará, sem dúvida alguma, problemas seriíssimos para a população, população que já vem sofrendo com a polícia trabalhando, evidentemente vai ter problemas maiores com a polícia parada e esta Casa aqui tem sido testemunha da violência que campeia em todos os cantos da cidade. No último domingo, o Presidente da Assembléia, Deputado Aníbal Khury teve um companheiro seu, assaltado a uma hora da tarde, em pleno bairro chique do Batel. O companheiro do Deputado, ficou sem o seu automóvel. Na semana passada, o Deputado Artur Ritti ficou sem o veículo da Assembléia e uma série de outros fatos e não é pelo fato apenas de os parlamentares estarem sofrendo a ação dos marginais, mas a sociedade de um modo geral, está realmente bastante aflita, quando vê a incapacidade da nossa polícia, não por parte dos policiais, mas a incapacidade no que diz respeito a equipamentos, a armamentos, a salários e até a um quadro maior dentro a nossa polícia.

O que nos surpreende nessa confusão toda da falta de segurança, da falta de um melhor policiamento, é de que, de repente, o senhor Secretário da Segurança Pública, não sei se por determinação sua, ou de alguma pessoa influente dentro do Governo,

resolve, ao invés de combater o crime organizado, ao invés de combater a ação de seqüestradores, de assaltantes, de ladrões de automóveis, o que é que resolve fazer? Determinar que a Polícia Civil, de repente, faça batidas em salões paroquiais, em creches, em escolas, para fazer com que parem os bingos. Ora, esse não é o "telefestival". Esse não é aquele bingo que vende a cartela, não se sabe para quantas pessoas, e não se sabe se o prêmio sai ou não sai. Esse é o bingo da igreja que ajuda a construir a igreja, que ajuda a fazer a cesta básica do mais pobre, é o bingo que ajuda a construir o telhado da escola, que ajuda a comprar o material escolar, é o bingo que ajuda na creche a comprar alimentação, às vezes, quando o poder público não consegue atender no seu todo, de repente, não entendemos a ação da nossa polícia.

Com a proliferação de assaltantes, de seqüestradores, de ladrões de automóveis, de assaltos ao patrimônio público não podemos entender como e que o Sr. Secretário de Segurança Pública permite que seus subordinados invadam salões paroquiais, creches e salões de escolas para mandar parar o bingo e mandar que se devolva o dinheiro e se recolham os brindes.

Este é um fato lamentável que trago ao conhecimento desta Casa; já encaminhamos ofício ao Sr. Secretário, já encaminhamos ofício ao Procurador Geral da Justiça no sentido de que, se não é permitido o jogo do bingo, em que se sabe que são ganha e só saem os prêmios para quem está participando ali no recinto fechado, como é que a polícia faz vistas grossas ao jogo do bicho? Então é de se questionar ao Sr. Secretário de Segurança Pública que se faça uma devassa em todas as bancas de jogos do bicho que existem no Paraná, nos cassinos que proliferam clandestinamente por este Paraná afora. Porque não é possível que quando se reúnem pessoas de uma sociedade, especialmente senhoras, porque sabemos de senhoras que saem de suas casas para ajudar entidades, vão lá fazer filantropia para ajudar a estas entidades e passam pelo constrangimento de uma ação policial dentro do salão de uma igreja.

Sr. Presidente, também estou encaminhando à Mesa um pedido de informações à Casa Civil do Governo do Estado, quando o Poder Executivo enviou a Mensagem 231/90, em 14.12.90, a Assembleia Legislativa, o fez reconhecendo a necessidade urgente de proceder algumas alterações na tabela de escalonamento vertical de que trata o artigo 107 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973.

As defasagens da tabela acabaram por proporcionar injustiças irreparáveis aos integrantes dos quadros da Polícia Mili-

tar, sobretudo aos menos graduados.

E considerando a importância da valorização dos nossos policiais no conjunto de fatores que atuam na política do Estado para garantir a segurança pública, é urgente o reordenamento da referida tabela, inclusive para garantir a tais profissionais a dignidade recíproca e elevada função que desenvolvem.

Havendo sido anunciado, tacitamente, pelo senhor ex-Governador Álvaro Dias, em seu ofício DTL/nº 46/91, de 08 de janeiro de 1991, que o pedido de devolução da mensagem enviada ao Legislativo justificava-se pela necessidade de serem procedidas algumas correções, criou-se entre os parlamentares que dela tiveram conhecimento e junto à própria classe policial militar a expectativa até a presente data de que haveria o retorno da matéria para sua discussão e votação. E isto, até a presente data, não aconteceu, razão pela qual estou recorrendo ao presente expediente para conhecer os motivos do Poder Executivo para tal atitude.

E o meu Pedido de Informações diz o seguinte: (Lê)

#### "REQUERIMENTO

Súmula: Requer o envio de Pedido de Informações ao Chefe da Casa Civil.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, o seguinte

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

01 - Quais as "correções" a serem procedidas e que justificaram o pedido de devolução da Mensagem n. 231/90, de 14 de dezembro de 1990, que tinha por objetivo alterar a tabela de escalonamento vertical de que trata o artigo 107 da Lei n. 6.417, de 03 de julho de 1973?

02 - Por que os pontos a serem "corrigidos" só foram detectados após o envio da mensagem ao Poder Legislativo?

03 - A quem foram confiados os estudos e realização das "correções" na referida mensagem?

04 - Quando a matéria retornará ao Poder Legislativo e quais os estudos realizados pela atual administração quanto à alteração da tabela de escalonamento vertical da Polícia Militar?"

Isso tudo nos preocupa em função de que nós sabemos que há uma defasagem muito grande, não apenas até no salário dos policiais militares, policiais civis, mas nos próprios funcionários públicos de um modo geral.

E, a preocupação maior que eu tenho é de que, em consequência dessa defasagem, em consequência desta desconsideração para

com a classe policial, nós possamos a qualquer momento sofrer na Capital do Estado e como de resto em todo o Paraná até uma possível greve da nossa polícia.

Repito mais uma vez, com a polícia a coisa já não está boa, sem a polícia evidentemente, ela ficará pior ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O que me traz a esta tribuna nesta tarde uma vez mais, é para dar encaminhamento ao projeto de lei.

Inconformado com o número muito grande de acadêmicos desse Estado, que ficaram impossibilitados de se inscrever para o concurso do magistério do nosso Estado, achamos por bem, de elaborar um projeto de lei, e que por certo, acredito possa ter a aprovação dos Senhores Parlamentares.

Senhor Presidente, para que todos os Parlamentares possam tomar conhecimento deste projeto de lei, Vossa Excelência me permite, vou fazer a leitura do mesmo na íntegra. (Lê):

#### "PROJETO DE LEI Nº

Súmula: Para a realização de concurso público, no âmbito de todo o Território do Estado do Paraná, estabelece a obrigatoriedade na apresentação de histórico escolar correspondente, apenas quando do preenchimento da vaga para o qual tenha se dado a aprovação.

Art. 1º - Fica o Poder Público Estadual autorizado, quando da realização de concurso público, a exigir a apresentação de histórico escolar correspondente, apenas no caso do preenchimento da vaga para o qual tenha se dado a aprovação;

Art. 2º - O histórico escolar, equivalente ao nível de 1º, 2º ou 3º graus, terá que ser reconhecido como ensino pelos órgãos responsáveis, Secretaria de Estado da Educação e Ministério da Educação;

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário."

E no nosso entendimento, assim nós nos expressamos no Projeto de Lei com a nossa JUSTIFICATIVA:

(Lê): "Como se não bastassem as enormes dificuldades para freqüentar os bancos escolares em qualquer dos seus níveis - obstáculos esses que já começam com o próprio ingresso tantas vezes limitado ou a evasão escolar sempre alarmante - os que conseguem a duras penas obter o seu diploma, começam a enfrentar um outro grande problema. Trata-se da carreira profissional, cujo exercício se defronta com in-

contáveis limitações, decorrentes da situação econômica do País que, entre outros fatores, desprestigia o formando com remunerações irrisórias, como que desconsiderando os longos esforços desenvolvidos na vida e na escola.

O ensino de primeiro grau, segundo dados fornecidos pela Secretaria da Educação, conta com 1.063.121 alunos matriculados, sendo que para o nível médio existem 178.173 estudantes; no que tange a rede pública de nível superior, são 51.779, dados de abril, fornecidos pela Secretaria de Ciência e Ensino Superior, que estima em 26.638 alunos na rede particular e 13.587 (dados de 88) em faculdades, além de cerca de 12 mil na rede municipal. Arredondando os números, já que nem todos os dados são precisos, seguramente temos no Paraná mais de um milhão e quarenta e seis mil pessoas - 1.346.000. Em que pese os problemas, todas as pessoas estudantes, acadêmicos, têm para consigo alguma perspectiva por menor que seja para se colocar no processo produtivo para - como se diz no jargão popular - "vencer na vida".

Neste sentido e no bojo dos futuros profissionais do Paraná, apresentamos o aludido plano de lei. Conscientes de que não se resolverão os problemas, por outro lado temos também claro que se abre uma porta, como um importante caminho, acima de tudo para reconhecer o potencial daqueles que almejam um espaço profissional com a conseqüente posição social.

Senhores Deputados, cabe ressaltar, finalmente, que o encaminhamento desta proposta na forma de lei, toma como realidade o próprio Concurso para o Magistério Estadual, quando se exigiu o diploma para o simples exame, enquanto que, se aprovados, a validade do mesmo concurso é de pelo menos dois anos! Por poucos meses centenas de pessoas jovens acadêmicos do nosso Estado ficam privadas de se submeterem a tal teste.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio de todos os Senhores Parlamentares, na certeza de que este projeto de lei traduz o real interesse e necessidade dos estudantes de todos os níveis, acadêmicos hoje e prestes a serem profissionais amanhã e que esse amanhã seja o mais próximo e seguro possível.

Sala das Sessões, em 20.08.91.

(a) TOTI COLAÇO"

(Termina de ler).

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu tenho certeza absoluta de que este projeto haverá de passar por todas as Comissões desta Casa e haverá de ter uma aprovação unânime, porque na verdade eu tenho abaixo-assinados com centenas de as-

sinaturas de acadêmicos das nossas universidades e que não puderam fazer a sua inscrição no dia 16 próximo passado, para prestar serviços ao nosso Estado, principalmente na área da educação.

Eu mantive contato com o nosso Governador, Roberto Requião. Eu discuti esta questão com os técnicos da Secretaria da Administração. Eu discuti esta questão com o nosso Professor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação. Porém, existe é claro, o impedimento de ordem legal, parece-nos que nós estamos vivendo, dentro do nosso País, um momento de transição, aonde existe uma Constituição que nem sequer ainda foi regulamentada. E que é preciso nós, Parlamentares do Estado do Paraná, não aferindo, mas que no nosso Estado, principalmente, nós possamos, através deste projeto de lei dar a oportunidade a todos aqueles que estão estudando, hoje, na certeza e na esperança de que amanhã terão a oportunidade de trabalho, para o Estado do Paraná.

Machucou-me profundamente esta questão dos estudantes acadêmicos que já estão no final do curso de licenciatura plena que ficaram impedidos de fazer o concurso, e que já em janeiro ou final do ano, vão receber a imposição de grau. E já temos quase que consciência clara de que não serão preenchidas todas as vagas. E vão ficar aí, milhares de estudantes na flor da idade, sua grande maioria, sem poder entrar no mercado de trabalho.

Agradeço o tempo que tomei dos ilustres Parlamentares, e espero dentro em breve ter o apoio neste projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Liderança do PT. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à Liderança do PL.

Com a palavra o Senhor Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A crise moral porque passa o País, crise de homens, crise de idéias, de homens públicos que misturam os seus interesses pessoais aos interesses do Estado. Os homens que mudam o seu discurso da campanha eleitoral, que pregam a seriedade e praticam a desonestidade. Estabelecem linhas mestras de conduta moral, ética e cívica nos palanques, ao assumirem o Poder Executivo, o Legislativo, mudam de comportamento, o ético passa a ser aético, o moral passa a ser imoral, o respeito se transforma em desrespeito, a seriedade se transforma em molecagem.

E, neste deserto de homens e de idéias, onde o País passa pelo período mais difícil de sua História, onde a corrupção campeia em todos os níveis, nós estamos perplexos diante de um quadro tão tenebroso e não sabemos que legado deixar aos nossos filhos!

Sou um homem vivido e meu comportamento, os anos vividos não me permitem que eu me entregue a um Governo, e tenho a experiência necessária para poder discernir entre o bem e o mal, entre o que é justo e o que é injusto, o que é democrático e o que é fruto da ditadura. Acompanhei, Senhores Deputados, Senhor Presidente, a vida de um homem que foi exemplo, neste Paraná, e continua sendo exemplo de seriedade, de responsabilidade, de dignidade. Passou pela Secretaria da Educação e Cultura do Paraná, e deixou marcada a sua presença por uma administração séria, inteiramente voltada ao magistério, inteiramente dedicada aos alunos.

Nesta Casa Legislativa exerceu dois mandatos de Deputado, num dos quais foi o Presidente do Poder Legislativo. E da mesma forma como dignificou a sua presença na Câmara Municipal de Paranaguá como seu Presidente e como Líder da Bancada, aqui na Assembléia Legislativa, ele deixou lições de dignidade, de hombridade, de civismo.

A sua figura, estranha para muitos, mas digna para seus companheiros, marcou a sua presença neste Legislativo. E seus filhos seguem o seu exemplo, deixou um legado de seriedade, de postura e principalmente de fidelidade aos seus princípios: não se transformou do candidato no eleito, do digno no indigno, manteve a mesma postura em toda a sua vida pública. E em função disso, quero que se registrem nos Anais desta Casa que se comunique ao Doutor Vidal Vanhoni a nossa solidariedade pelo texto publicado pelo nosso ex-companheiro da Assembléia Legislativa, Deputado Túlio Vargas, na Gazeta do Povo, no último sábado, onde ele faz um retrospecto da vida de Vidal Vanhoni e que me permita ler aos Senhores Deputados para que todos se apercebem, possam se aperceber de que representa para um Estado que está a necessitar de lideranças autênticas, sérias, responsáveis e dignas daqueles que fizeram deste Estado um grande Estado, para que o seu exemplo frutifique e para que nós possamos, vendo no seu passado, ao menos garantir um futuro melhor para aqueles que haverão de nos suceder. Assim se expressa Túlio Vargas neste artigo formidável.

(Passa a ler):

"VIDAL VANHONI

Temos feito constantemente referência à safra de parlamentares que implantaram

notáveis padrões de competência e espírito público à história política do Paraná. Foi o tempo do governador Bento Munhoz da Rocha Netto, que sucedia ao governador Lupion, cujas bancadas na Assembleia Legislativa se excediam no brilho tribunicio, enriquecidas de talentos e vocações marcadas pela obstinação de servir aos supremos interesses do povo. Época de Laertes Munhoz, Accioly Filho, Oscar Lopes Munhoz, Julio Rocha Xavier; Amaury de Oliveira e Silva, Hélio Setti, João Xavier Vianina, Júlio Farah, Mário de Barros, Nilson Ribas, Ruy Ferraz de Carvalho e tantos outros que é impossível enumerar. Justiniano Clímaco da Silva, médico e poliglota do norte do Paraná, dava apartes em latim, para confundir o oponente. Edwin Donato Tempeksi já se revelava o atento pesquisador que lhe marcaria a carreira literária. Paulo Carmargo tornava-se "expert" em regimento interno. Guataçara impunha o seu estilo tibagiano à moda do avô Telêmaco entre autoritário e tolerante. Havia ainda outras figuras expressivas em meio a um plenário heterogêneo, mais respeitado. A mediocridade era infinitamente menor naquele reduto de cintilações humanas, que o eleitorado houvera por bem selecionar.

Começou a despontar nessa década, em nível estadual, a figura singular do político parnanguara Vidal Vanhoni, professor de História e vereador, pingado por Moysés Lupion para o cargo de Secretário de Estado da Educação e Cultura, em 1956, numa fase crítica de reestruturação dos quadros partidários e administrativos.

Formado também em Direito, orador da turma, aquele advogado meio desajeitado e taciturno não parecia, à primeira vista, o perfil adequado do político, mas sua militância no litoral, inclusive como candidato a prefeito de Paranaguá e líder da bancada do Partido Social Democrático na Câmara Municipal, desmentia as aparências. Nascido na Colônia Quintilha, onde se fixaram as primeiras famílias de imigrantes italianos, de origem humilde, custou-lhe muito sacrifício a formação profissional pela ausência de recursos disponíveis. Por viver a experiência desses infortúnios, tornou-se verdadeiro arauto das angústias populares, que ele conhecerá de perto.

Elegeu-se deputado estadual em 1959, quando seu partido reconquistou o poder majoritário. Desprendido e desambicioso nunca procurou posições de realce entre seus pares. Mas, dado seu caráter conciliador, via-se comumente requisitado para apagar arestas e apagar incêndios verbais. Em 1961, por força desse temperamento apaziguador, foi guindado à presidência da Assembleia Legislativa. Não mudou seus hábitos. Às vezes excêntrico, abominava os elevadores. Subia a pé os quatro pavimen-

tos que demandavam ao plenário. Rigorosamente ético, introvertido e probo, impôs-se de tal modo que nenhuma crise interna lhe turbou a exemplar administração presidencial.

Reeleito na legislatura seguinte, manteve-se no exercício do mandato com a mesma fleugma e discrição, defendendo com a pertinácia que lhe era peculiar inovações no sistema de ensino e a revitalização dos instrumentais do porto de Paranaguá em face das necessidades dos corredores de exportação.

Desencantado com a política, voltou para o magistério, sua paixão primeira, lecionando Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná, além de exercer o cargo de secretário geral da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, na qual ensina legislação social até hoje. Símbolo daquela geração talentosa que engrandeceu os anais da Assembleia Legislativa do Estado, deve servir de modelo àqueles que pretendem fazer da política uma ciência prática da vida social impregnada de humanismo e coerência, direcionada para servir e não se servir dela. (Túlio Vargas)"

(Termina de ler):

Eu, Anibal Khury, Erondy Silvério, somos testemunhas da passagem e da permanência de Vidal Vanhoni na vida política deste Estado. Daí a nossa solidariedade ao jornalista Túlio Vargas pelo magistral artigo e os nossos respeitos a Vidal Vanhoni para que o seu exemplo frutifique nesta Casa e no Paraná.

O Sr. Lourenço Fregonese - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Eu gostaria de parabenizar o Senhor e os demais Pares desta Casa e dizer da nossa satisfação em ter um conterrâneo e um exemplo como foi Vidal Vanhoni. E nós, a nova leva de políticos do litoral, temos nele, o exemplo vivo do que é servir a sua gente e ao seu povo e a todo um Estado.

Então, gostaria de parabenizar Vossa Excelência e dizer do orgulho que senti, neste momento, quando o Senhor, da tribuna, mencionava o nome de Vidal Vanhoni.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - O aparte de Vossa Excelência faz com que eu preste também a minha homenagem a Paranaguá, terra de Vidal Vanhoni.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela felicidade em mostrar à Casa os grandes vultos que já ocuparam estas cadeiras que hoje ocupamos, e o que nós precisamos é preservar a memória daqueles que

efetivamente contribuíram para o engrandecimento deste Estado.

E me orgulho também por ter pertencido ao partido de Vidal Vanhoni e ter compartilhado com ele de muitas lutas partidárias, de ter aquilatado bem de perto o valor da sua personalidade e do seu caráter.

Parabéns a Vossa Excelência pela feliz idéia que teve de demonstrar à Casa quem foi Vidal Vanhoni.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Referi-me a Vossa Excelência, Senhor Deputado Erondy Silvério, e ao Deputado Anibal Khury, que comigo, nós três, tivemos o privilégio de gozar da amizade e do companheirismo de Vidal Vanhoni; e nós dois, como companheiros de Vidal Vanhoni, do Partido Social Democrático, que ele também muito engrandeceu.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Liderança do PMDB.

Com a palavra, o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos me trazem à tribuna nesta tarde, no Horário da Liderança do meu Partido, o PMDB, que gostaria de, dentro do tempo regimental que me cabe, contar com a atenção dos nobres Pares desta Casa.

O primeiro, Senhor Presidente, se refere a um discurso proferido pelo eminente Deputado Mário Bezerra, na sessão do dia 14 próximo passado, onde Sua Excelência inicia pedindo a transcrição nos Anais da Casa, de um texto publicado no Jornal "Folha de Londrina", a respeito de uma decisão do TRE, que decidiu processar - entre outras pessoas - o Secretário de Comunicação Social Fábio Campana, por crime de calúnia e falsidade ideológica.

Na seqüência, Sua Excelência trata esse assunto como um grande absurdo, procura comprometer a vitória do Governador Roberto Requião, dizendo que o Governador ganhou a eleição na base da fraude e que, portanto, a justiça terá que ser célere para punir os responsáveis por aquilo que ele chamou de verdadeira trama que foi a campanha eleitoral do Governador no final do ano próximo passado.

Na seqüência, Sua Excelência também procura fazer uma avaliação subjetiva do comportamento do Governador Roberto Requião a respeito do seu posicionamento em relação ao Presidente Nacional do nosso Partido, Orestes Quércia, e diz textualmente: "...até quando teremos que suportar o mau cheiro que exala das entranhas do PMDB nessa remexida que Roberto Requião teima a todo custo prolongar." "O Senhor

Roberto Requião foi eleito", continua o Deputado Mário Bezerra, "graças aquela farsa montada no decorrer da campanha. Foi eleito para governar o Paraná, não para gastar o seu tempo, que deveria ser utilizado em favor do desenvolvimento do Estado e o dinheiro do povo do Paraná". Diz ainda Sua Excelência: "que não interessa ao povo essas disputas internas do PMDB, essa luta pelo poder. Interessa sim, os gastos promovidos por Requião que", segundo ele, "a revista 'Veja' avaliou em duzentos mil dólares os gastos de Requião nesta campanha", que ele qualifica de "verdadeira lavagem pública de roupa suja. Dinheiro que o Governador esbanja como se fosse coisa sua e não do povo do Paraná, dilapidando a res pública. Ele que se arvora em 'cartão das araucárias', 'vestal da moralidade', 'guardião de todas as virtudes', 'censor mor de todas as coisas'. E o Paraná? O que é que seu Governo faz em favor do povo deste Estado? Que obras faz? Que benefícios traz?"

Na seqüência, Sua Excelência também diz que "o Governador Requião está vigilante com as denúncias de corrupção de auxiliares de ex-Governador paulista, mas nem um pouco zeloso com os gastos que faz através do BANESEDO para promover os seus serviços, mas para tentar denegrir a imagem de um banco privado."

Se é mesmo "vestal da moralidade" por que, então, não mandou que os diretores do Banco do Estado do Paraná respondessem a um pedido de informações que a ele encaminhei, mesmo que não tivesse sido aprovado pela comissão de fiscalização, encaminhando formalmente aos responsáveis pela administração do Banco?

Diz mais S.Exa. o Deputado Mário Bezerra:

"Destruindo Quércia, alijando-o do processo sucessório, Requião se fortalece para vir a ser o vice de Brizola, mesmo que para isso tenha, num primeiro instante, em convalidar o Governo Collor. Tudo bem que o Governador Requião tenha as suas ambições políticas, mas gastar dinheiro do povo para este projeto é que é vergonhosa a corrupção. Se está tão preocupado com a moralidade administrativa de Governos que já se foram por que em vez de descarregar as baterias contra o governador do Estado - deve ser o de São Paulo evidentemente - não procura pôr a limpo as denúncias que foram levantadas contra o Governo de seu antecessor que utilizou a máquina para elegê-lo."

Diz ainda S.Exa. que "... Requião deveria aproveitar a oportunidade para esclarecer episódios da gestão do ex-governador Álvaro Dias como nos casos da Secretaria da Saúde, da PROMEPAR e do Banco Del Paraná."

Senhor Presidente e Senhores Deputados, procurei de maneira muito rápida ler aqui os principais trechos do discurso do Deputado Mário Bezerra para, na condição de Líder do Governo, não promover aqui a defesa do Governador Roberto Requião, que está mais ou menos cinco meses a frente do Executivo, porque nem seria o caso porque S.Exa. não precisa de defesa. Os atos praticados pelo Governador Roberto Requião até aqui por si só falam da lisura, da decência, da maneira correta, digna, e elogiada pelo País inteiro, como vem governando o Paraná. Mas para se reestabelecer aqui a verdade a respeito desses fatos:

1º - Todos nós sabemos que em eleição muitas coisas acontecem com o objetivo nítido entre os candidatos para ganhar as eleições cada um usa as armas que dispõe, cada um usa dos meios e métodos que melhor entende próprios e adequados para ganhar uma eleição e no nosso caso, o PMDB, através da candidatura de Roberto Requião, fomos vitoriosos não porque nos valem de fraudes ou qualquer outro meio fraudoso para vencermos as eleições, absolutamente não! Nós vencemos as eleições por quatro grandes razões: a primeira porque tínhamos o melhor candidato, o candidato de melhor currículo, de melhor passado e que hoje está muito claro isto no entendimento não só das lideranças políticas do Paraná, mas como do Brasil que ele se constitui no Governador mais competente, mais preparado desta Nação.

A segunda razão que nos levou à vitória é o fato de que como disse no começo das minhas palavras, tivemos a melhor competência para produzir um programa de televisão. E neste aspecto - justiça seja feita - nós do PMDB e aqueles que apoiaram Requião, devemos muito à inteligência e à competência do Secretário Fábio Campana.

Terceiro. Outro assunto que nos favoreceu e muito, eu diria até matamos de morte o candidato do PRN, foi a crise lamentável porque passava e passa até agora a agricultura brasileira. Só promessas, só mentiras, filmes com o Ministro da Agricultura e os agricultores não podendo plantar, saldar seus compromissos com o Banco do Brasil, e neste aspecto o PMDB foi competente; o Secretário Fábio Campana foi extremamente feliz e o candidato Roberto Requião, em razão do seu preparo, soube como ninguém aproveitar aquele momento difícil que passava e ainda passa a agricultura brasileira, num total descaso do Governo do Senhor Fernando Collor.

Quarto. Fundamental, responsável pela nossa vitória: o trabalho dos nossos companheiros na base, sobretudo dos nossos Prefeitos, dos nossos ex-Prefeitos, das nossas lideranças que assumiram decisivamente a candidatura de Roberto Requião,

sobretudo pelo fato de apoiar, de atender um chamamento do Governador Álvaro Dias, que se destacou como um dos melhores Governadores do Paraná, para os municípios do nosso Estado.

Então, estes foram, na realidade, quatro grandes fundamentos que levaram o PMDB à vitória nas eleições do ano passado. Não nos valem de outros expedientes, absolutamente. A justiça, nobre Deputado Mário Bezerra, a Justiça Eleitoral é competente para julgar os crimes eleitorais.

Ela é competente para processar as suspeitas de crimes eleitorais e nós haveremos, aqui desta tribuna - peço-lhes atenção, nobres colegas de Parlamento - de voltarmos - e espero que seja breve - para anunciar a absolvição definitiva do Secretário Fábio Campana e de quantos foram envolvidos nessa denúncia de fraude na condução da campanha eleitoral do nosso Partido.

Mas as razões reais da nossa vitória, no mínimo foram essas quatro que aqui enumerei.

Na sequência, gostaria de dizer que quanto a afirmação do eminente Deputado, de que o Governador Roberto Requião vem gastando dinheiro do povo para se promover, ou até mesmo se prender a uma briga pessoal, dentro de um projeto político com o Presidente do PMDB, Orestes Quêrcia, gostaria de dizer ao eminente Deputado, isto é um problema na realidade, "interna corporis" do nosso Partido. Nós do PMDB nunca viemos aqui analisar esta postura do Governador Roberto Requião, porque nós temos um partido político e é lá que nós discutimos esta questão.

Recentemente, nosso Partido se reuniu para analisar essa questão, e deixou essa posição muito clara, no nosso Diretório Regional.

Portanto, é um assunto que interessa a nós do PMDB e a mais ninguém, porque o Governador Roberto Requião não está gastando nenhum centavo do dinheiro do povo nessa sua posição pessoal - que nós respeitamos - em relação ao Presidente Orestes Quêrcia.

Um outro assunto que Sua Excelência coloca, de que seu pedido de informações não foi respondido, porque o Governador Roberto Requião determinou ao BANESTADO que assim o fizesse. Não é verdade, eminente Deputado. A Diretoria do BANESTADO até agora não recebeu o seu pedido de informações. Além de não ter recebido, a Diretoria do BANESTADO sequer sabia que Vossa Excelência tinha encaminhado um pedido neste sentido. E não tem porque. Nós temos tido aqui um posicionamento de acolhimento dos pedidos de informações. Hoje ainda, conversava com o Secretário Nizan, da Saúde, quando informei a Sua Excelência dos

quatro pedidos de informações que ontem aprovamos aqui, de autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier, e que serão respondidos, porque este é o papel do Governo, sobretudo um Governo que não tem o que esconder.

E por fim, Sua Excelência alega que o Governador Roberto Requião deveria, ao invés de ficar brigando com Quêrcia, isto sim, explicar ao Estado as providências adotadas em relação a episódios como o da Secretaria da Saúde, da PROMOPAR e do Banco Del Paraná. O episódio da Secretaria da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lamentavelmente, tenho que solicitar a Vossa Excelência...

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, só um minuto eu pediria a Vossa Excelência para concluir.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Fui nominado quatro ou cinco vezes pelo ilustre Deputado Líder do Governo, e gostaria de usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é possível.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, só para concluir, dizer o seguinte: esse episódio da Secretaria da Saúde, Sua Excelência está completamente por fora, desinformado. Eu sugeriria a Vossa Excelência, que quando viesse acusar o Governo, viesse com mais embasamento, porque também cabe ao Deputado uma dose significativa...

(Vozes interpostas)

...de responsabilidade nas suas afirmações.

O SR. MÁRIO BEZERRA - O caso Ferreirinha. O caso Ferreirinha. O Ferreirinha fala pelo Governador.

O SR. JOSÉ TAVARES - E existe aqui, nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso. Não é possível. Vossa Excelência já ultrapassou oito minutos. Transfiro Vossa Excelência para Explicações Pessoais.

Deputado Basílio Zanusso com a palavra.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A Bancada do Partido da Frente Liberal nesta Casa, não podia ficar silente ante o fato de grande repercussão que aconteceu ontem na Sede do Partido da Frente Liberal, com a presença do Líder da nossa Ban-

cada na Câmara Federal, o Deputado Ricardo Fiúza e também do Secretário Geral do nosso Partido, Heraldo Tinoco. O Partido reuniu-se com a presença de inúmeros Parlamentares da Câmara Federal e desta Casa, Prefeitos, Vereadores, Lideranças aqui da Capital e de várias cidades do Estado, para as assinaturas, para o ingresso de dois ilustres Parlamentares da Câmara Federal no nosso Partido. Trata-se, como se sabe e a imprensa do Paraná amplamente divulgou - é manchete nos jornais de principal circulação do Paraná - o ingresso do Deputado Max Rosenmann, Deputado eleito nas eleições recentes, o mais votado do Paraná, e também o jovem Deputado Luciano Pizzatto, também brilhante Parlamentar e que especialmente tendo Suas Excelências base no Sul do Paraná, foi deveras muito importante o ingresso desses dois políticos nos quadros pefelistas.

Portanto, nossa Bancada não podia deixar de registrar esse fato que nós consideramos da maior relevância, tendo em vista a proximidade das eleições municipais que deverão ocorrer no ano que vem.

Ao concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, desejo também, da mesma forma que fez o Deputado Erondy Silvério, cumprimentar o Deputado Colombino Grassano pela felicidade e oportunidade que Sua Excelência foi a tribuna falar da vida do homem Vidal Vanhoni, que tendo sido Secretário da Educação, professor emérito, também aqui nesta Casa como Parlamentar - inclusive Presidente desta Casa - honrou os seus mandatos, e não só os seus mandatos com esta Casa. E nesta hora tão difícil da vida nacional, onde nós, os políticos, somos vilipendiados a cada instante, surge agora uma voz isolada, falando de Vidal Vanhoni, de Erondy Silvério, de Anibal Khury e tantos outros que souberam honrar o Poder Legislativo e, conseqüentemente, a vida política paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagens de ns. 68 a 74/91, subscritas pelo Senhor Governador do Estado, constantes do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprovam a abertura de crédito suplementar. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando licença no período de 22 de agosto a 20 de dezembro do corrente

ano, tendo em vista sua eleição para Presidência da Comissão Executiva do PSDB. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença a partir do dia 24 de agosto até o dia 01 de setembro DO CORRENTE ANO, A FIM DE SUBSTITUIR O SENHOR Prefeito Municipal de Curitiba. Aprovado.

Projetos de lei em ns. de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 041/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que concede pensão mensal à viúva do ex-Prefeito do município de Enéas Marques, Sr. Atílio Chaves da Silva. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. (Public. no DA 13, de 06.03.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 041/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem a finalidade de conceder pensão mensal no valor de Cr\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil cruzeiros) para a Senhora Delma Tesser da Silva, viúva do ex-Prefeito de Enéas Marques, Sr. Atílio Chaves da Silva.

No "caput" do artigo 5º, da Magna Carta, encontramos o princípio da isonomia, que reza que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...

Assim sendo, tendo em vista o princípio acima nominado, é o nosso parecer CONTRÁRIO, opinando-se pela sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

O processo em questão, anuncia o Parecer da Comissão de Finanças, que não foi juntado ao Projeto e nem foi à Ordem do Dia. Remeto o Projeto à Comissão de Finan-

ças para sanar a irregularidade.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 148/91, de autoria dos Deputados ARTAGÃO MATTOS LEÃO E OUTROS, acrescenta artigos à Lei n. 9.295, que cria a Universidade Centro-Oeste do Paraná. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. (Public. no DA 41, de 23.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 148/91

P A R E C E R:

É o objeto de nossa análise, nesta Comissão Técnica, o Projeto de Lei n. 148/91, de autoria dos preclaros Deputados Artagão Mattos Leão e Antônio Toti Colaço Vaz, dispondo sobre a criação de cargos na Universidade do Centro-Oeste do Paraná, instituída por intermédio da Lei n. 9.295, de 13 de junho de 1990.

Sob o aspecto jurídico, a propositura em lide não encontra guarida constitucional, posto que conflita com o disposto no artigo 66 da Carta Magna do Estado, que reserva à iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração (inciso I), ou sobre servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico (...) (inciso II).

Reserva a Constituição, portanto, à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as leis dentre as quais inclui-se o Projeto de Lei em apreço, levando-nos a concluir pela inconstitucionalidade da iniciativa sob análise.

Poderão os ilustres proponentes, por outro lado, remeterem ao Senhor Governador do Estado solicitação no sentido de que o mesmo encaminhe a esta Casa Mensagem dispondo sobre o assunto enfocado, quando então este Legislativo, revestida a matéria das formalidades necessárias, poderá proceder sua análise.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI N° 148/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão e outro, tem por finalidade acrescentar artigos à Lei n. 9295 de 13 de junho de 1990 que cria a Universidade do Centro-Oeste do Paraná.

Houve o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça por ser a iniciativa do projeto do Poder Executivo.

Muito embora a medida seja justa, no âmbito desta Comissão manifestamo-nos contrariamente à medida proposta, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só esclarecendo que eu estava levantando antes de Vossa Excelência anunciar que a votação era dos pareceres. Nós somos favoráveis aos pareceres.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, da mesma forma.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a decisão foi pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela rejeição do projeto, de acordo com os pareceres.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 182/91, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha e outros, que dispõe sobre o número máximo de alunos que pode ser atendido por um professor em sala de aula na rede pública e particular de ensino do Estado. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J., e C.E.C.E., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 53, de 15.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 182/91

P A R E C E R:

Tendo como autor o Excelentíssimo Senhor Deputado Florisvaldo Fier, dispõe, o presente plano de lei, sobre o número máximo de alunos que podem ser atendidos por um professor em sala de aula, na rede pública e particular de ensino do Estado.

A educação é direito de todos e dever do Estado, prevê a Constituição Federal no seu artigo 205 e a Constituição Estadual no artigo 177. Acreditamos que a educação no Paraná, no restante do país, está distante de ser um modelo ideal e eficaz. O ensino público é o responsável na absoluta maioria pela educação básica e essencial ofertada no Paraná e no Brasil, porém temos ciência das dificuldades de ordem orçamentária que acarretam problemas como falta de professores, de salas de aula, de vagas e materiais de consumo e permanentes. A esperança para uma estruturação educacional mais eficaz está em trâmite no Congresso Nacional, discussão da Lei de diretrizes e bases da educação.

O plano de lei em questão, dificultará ainda mais o acesso ao ensino básico da parcela mais significativa da população que recorre ao ensino público pelo fato de ser gratuito. Com a aprovação do Projeto, reduziriam-se consideravelmente as vagas ofertadas na rede pública estadual, que já são insuficientes para atender todos os paranaenses. Não deixamos de merecer e louvar a iniciativa do ilustre Deputado Florisvaldo Fier e temos certeza que a sua intenção é garantir uma melhor qualidade de ensino aos paranaenses mas, nas circunstâncias por que passa o ensino, principalmente o público, no Estado e no País seria desastrosa a consequência da proposição. Inúmeros paranaenses ficariam sem acesso ao ensino básico, que pelas Constituições Estadual e Federal é prioritário, direito de todos e dever do Estado.

Face ao exposto somos pela REJEIÇÃO do presente projeto de lei, firmando parecer contrário ao trâmite do presente pelos demais órgãos da Casa.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.05.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
PROJETO DE LEI Nº 182/91

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) e outros, tem por finalidade dispor sobre o número máximo de alunos que pode ser atendido por um professor em sala de aula na rede pública ou particular de ensino do Estado.

Houve parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça esclarecendo que tramita no Congresso Nacional, discussão de Lei de diretrizes e bases da educação.

Argumentou também o relator daquela Comissão, que a aprovação da medida proposta dificultaria ainda mais o acesso ao ensino básico de grande parte da população paranaense, em virtude da redução do número de vagas na rede pública estadual.

No âmbito desta Comissão, embora louvável a intenção do autor, o nosso parecer é CONTRÁRIO, opinando-se pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.91

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente;

BÁSILIO ZANUSSO - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando o adiamento por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 182/91.- Deferido.

A Mesa não tem submetido a votos os

requerimentos de retirada de projetos da Ordem do Dia quando se referem aos autores. Nessas condições, está retirado o projeto.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para minha orientação: quem subscreveu o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Dr. Rosinha, um dos autores do Projeto.

O SR. JOSÉ TAVARES - O Projeto nº 182/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim.

O SR. JOSÉ TAVARES - O Projeto nº 148/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nesse a "Inês" já é morta.

O SR. JOSÉ TAVARES - Foi rejeitado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES - E o Projeto 041 também?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. O Projeto 041 foi retirado porque não está juntado ao Projeto o Parecer da Comissão de Finanças.

O SR. JOSÉ TAVARES - Então, o primeiro Projeto da pauta foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi retirado.

O SR. JOSÉ TAVARES - O segundo foi rejeitado e o terceiro retirado. É isso? ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 254/91, de autoria do Deputado NILTON CÊSAR SERVO, que declara de Utilidade Pública a Creche Helena Fregadolli Dias, com sede no município de Paigandu, Distrito de Água Boa, e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 17.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 254/91

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Creche Helena Fregadolli Dias, com sede no município de Pai-

Curitiba, terça, em 20.08.91

gandu, Distrito de Água Boa, e foro na cidade de Maringá.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do plano de lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
JOÃO IENSEN  
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 260/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Barreirinha - Abranches. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 73, de 20.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 260/91

AUTOR: Deputado Luiz Carlos Martins

P A R E C E R:

I - O ilustre parlamentar propõe projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos de Barreirinha - Abranches com sede e foro na cidade de Curitiba.

II - Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1.978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

III - Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável,  
Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
EMÍLIA BELINATI  
Relatora

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 263/91, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Esplanada - ASJE, com sede em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77, de 25.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 263/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM ESPLANADA - ASJE", com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Analisando o projeto de lei, verificamos a farta documentação que instrui, atendendo perfeitamente a todas as exigências da Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, pela APROVAÇÃO do projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Sobre a mesa, requerimentos de nºs 1999 e 2032, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2002, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2003, 2022 e 2023, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2013, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2001, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2000, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1998, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2005, de autoria do Sr. Deputado César Silvestri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2004, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2006 e 2007, de autoria do Sr. Deputado Dobrandinho da Silva constante do expediente. Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2014, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2016 a 2019, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2020 e 2021, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2031, de autoria da Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1959, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa. Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Apenas para concluir o meu raciocínio acerca do discurso proferido pelo Deputado Mário Bezerra, quando Sua Excelência conclui o discurso cobrando do Governador Roberto Requião um posicionamento a respeito de fatos havidos na gestão do então Governador Álvaro Dias e especifica os casos da Secretaria de Saúde, do Promepar e do Banco Del Paraná. E é por esta razão que eu me inscrevi neste espaço de Explicações Pessoais que são em nome do Governo e, conseqüentemente, em meu nome também porque represento aqui o mesmo. A verdade tem que ser restabelecida.

Sua Excelência Mário Bezerra deveria saber que no caso da Secretaria de Saúde como cita genericamente mas que subentende-se é aquele episódio que ganhou repercussão na gestão Álvaro Dias e do Secretário Manuel Almeida Neto. Sobre aquele assunto, eminente Deputado, esta Casa instaurou uma CPI, e esta CPI teve os trabalhos concluídos. E, se nenhuma providência, pela Casa, a posteriori, não foi tomada, não cabe ao Governador Roberto Requião.

Resolução nº 10/91 é que aprovou o relatório final da referida CPI. Isto, quanto ao posicionamento desta Casa, e Vossa Excelência faz parte e deveria saber o que esta Casa fez para apurar a verdade. O que fez o Governador Álvaro Dias? O Governador Álvaro Dias instaurou um processo administrativo para apurar a responsabilidade. O Governador Álvaro Dias pediu abertura de inquérito policial e que tramita pela Po-

lícia Federal e Vossa Excelência deve ter tomado conhecimento porque a imprensa veiculou fartamente os episódios que Vossa Excelência alude.

Quanto ao Banco Del Paraná, esta Casa também instaurou uma CPI e a Resolução nº 76/88 aprovou relatório final referente àquela questão.

E tal qual a CPI da Saúde foi arquivado com base no Art. 250, do Regimento Interno - que pediria a Vossa Excelência que o lesse. Mas o Governo, o Poder Executivo, o que fez? Fechou os olhos, como Vossa Excelência afirma? Cruzou os braços? Absolutamente! Não sei se Vossa Excelência sabe, mas diretores do Banestado envolvidos foram demitidos a bem do serviço público e estão respondendo processo na Justiça comum pelos fatos a eles atribuídos.

Com relação ao fato do Promepar este, então, o mais escabroso de todos. Eu tive o cuidado de me pronunciar a respeito na Câmara dos Deputados, aliás o único Deputado do Paraná que teve a preocupação de registrar a firmeza, a determinação, a lisura com que se comportou o Governador Álvaro Dias naquele episódio. Porque Vossa Excelência, e vou lembrar, e talvez lembrar a boa parte desta Casa que devem saber, o Governador Álvaro Dias se indisputou com o Judiciário naquela oportunidade exatamente quando citou tamanha a sua indignação com a postura de um magistrado diante desse caso do PROMEPAR, dizendo, quando a imprensa me questionou.

Que tem certos magistrados que ao invés de vestir toga, deveria vestir roupa de presidiário.

E o governador Álvaro Dias, responde se não me falha a memória, até agora a um procedimento judicial por esta sua declaração.

Realmente é de se indignar com o procedimento desse magistrado nesse episódio.

Essa foi a postura do Governador Álvaro Dias, nesse caso escabroso, lamentável; e Vossa Excelência vem questionar a postura do Governador Álvaro Dias, depois dessa sua posição?

Querem que o Governador Roberto Requião tenha algum posicionamento? O posicionamento de Requião nesse episódio foi o meu na Câmara dos Deputados, quando apoiei a postura exemplar do Governador Álvaro Dias, nesse episódio.

PROMEPAR, lamentável sob todos os títulos, envolvendo o dinheiro do povo.

Então como é que eu poderia ficar calado, diante de absurdos dessa natureza, como é que eu poderia me dar por satisfeito, a tendo sido possível concluir o meu raciocínio no Horário da Liderança do meu Partido?

Não poderia de maneira nenhuma. É por esta razão eminentes colegas, que eu estou

aqui novamente, para recolocar a verdade a respeito desses fatos. E daqui para a frente, qualquer assunto que for aqui colocado, e que não corresponder com a verdade, vai ser devidamente respondido.

É no mínimo a obrigação que nós temos como Deputados que representamos e defendemos o governo nessa Casa.

Eu disse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que dois assuntos me traziam na tribuna naquela oportunidade.

Já que estou falando não importa que regimentalmente em explicações pessoais, gostaria de, rapidamente, deixar a posição do meu Partido a respeito de outros assuntos.

Ontem e hoje, andei muito como Prefeito visitando órgãos do Governo em busca de benefícios para a população que aquele Prefeito representa e eu como deputado o represento aqui.

E num determinado momento envolvido como sei, todos envolvidos aqui com os problemas das nossas comunidades, eu tive um momento de reflexão e comentei com o Prefeito - Veja Prefeito, nós aqui correndo desde cedo, visitando órgãos, Secretarias, em busca de benefícios para a população do seu Município e nem sequer paramos para refletir o que está acontecendo agora no mundo.

E, o que está acontecendo agora no mundo, para mim, é o que há de mais grave em toda a história contemporânea - desse Universo - Eu me refiro a queda do Presidente Mikhail Gorbachev.

Um homem que veio exclusivamente, segundo a minha avaliação, para defender a paz universal.

Eu não vejo na postura de Gorbachev até nada mais. E, estive o ano passado lá, onde tive a honra de ser recebido por Sua Excelência, por trinta dias na União Soviética, numa delegação parlamentar do Brasil.

Não consigo ver em Sua Excelência nas suas inúmeras realizações de interesse interno na União Soviética ou extremo maior do que a sua luta pela paz.

E recentemente nós pudemos, o mundo inteiro assistir a expressão real do que estou aqui a afirmar quando em Moscou recebeu o Presidente George Bush dos Estados Unidos, e selou ali, um compromisso histórico, de defesa da paz, reduzindo sensivelmente as armas militares e nucleares dos dois Países.

Já naquela oportunidade, há um ano atrás, sentíamos que era quase impossível a sua permanência no poder, porque ele mexia numa história de muitos anos.

Ele colocava o "dedo numa ferida" que é a chamada burocracia estatal.

E queria, a qualquer custo, através do seu projeto, a "perestroika", reestruturar

a União Soviética. E nós sabemos das dificuldades que ele encontrou para colocar em prática este seu projeto.

Mas, lamentavelmente, o que nós não esperávamos era a queda, da forma como ela aconteceu. E lamentavelmente isto ocorreu. Para nossa tristeza, para a tristeza de todos os homens e mulheres deste planeta, num dos momentos mais significativos da nossa História, quando todos nós respirávamos aliviados a paz mundial, nós fomos surpreendidos com esta triste e lamentável notícia, que para mim é o início de tempos negros para todo o universo.

Portanto, eu quero deixar aqui registrada a posição do PMDB, que é uma posição de lamento, de preocupação com o que está acontecendo na União Soviética.

É realmente uma pena muito grande para nós do Brasil, para nós democratas, para nós homens que acreditamos na autodeterminação dos povos sobretudo na defesa intransigente da paz. É realmente uma pena o que está acontecendo hoje na União Soviética. Queira Deus que eu esteja equivocando.

Por estas razões, eu quero registrar a posição do PMDB. Para que fique registrado para a História, mesmo sabendo que é uma manifestação praticamente interna, de um Deputado que representa uma Bancada num Plenário de uma Assembléia Legislativa.

Mas, o importante é que conscientemente nós registramos esta nossa posição, porque repito e reafirmo, nada mais grave aconteceu no mundo contemporâneo do que a queda e a forma como caiu Mikhail Gorbachev.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra, em Explicações Pessoais, ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Deputado Pessuti está para o Paraná como Gorbachev está para a União Soviética. Quero cumprimentar o nobre Deputado pela derrubada do Pessuti. Vossa Excelência, realmente, é o novo Líder do PMDB.

Vamos travar um bom combate, Deputado. Acho salutar a vossa fala, porque o Paraná quer ter respostas deste Governo que tem silenciado às falas dos Deputados que não rezam a cartilha dele.

Vossa Excelência tentou justificar o injustificável, dizendo que o Governo que se instalou no Palácio Iguazu foi ungido pelas urnas, usando os artifícios que, no entendimento de Vossa Excelência são respeitáveis. Mas, o povo do Paraná, em sua grande maioria, acredita que repudia atitudes como aquelas que foram tomadas pelo Senhor Roberto Requião, à época do pleito eleitoral, principalmente no 2º turno.

Quero dizer para Vossa Excelência que o Governo Requião está colocando o Paraná na posição mais ridícula da História do Brasil. Nunca vi, na minha vida, um Governo assumir para si os direitos constitucionais da Polícia Militar. Só para iniciar a conversa, quero dizer a Vossa Excelência que o Paraná está pasmo com a atitude que o Senhor Requião tomou em isolar a Polícia do caso da fazenda Nova Aurora, onde flagrantemente várias famílias, crianças, mulheres, trabalhadores, foram seqüestrados naquela fazenda, onde homens mascarados, de arma em punho, obrigaram aquelas famílias a permanecerem em regime de prisão por uma semana! E o Senhor Governador do Paraná, simplesmente, com a maior cara-de-pau, e usurpando o direito da Polícia e retira a Polícia do jogo e diz que ele é a Lei! A Assembléia, são poucos os Deputados que se levantam contra este tipo de atitude do nosso Governador!

Eu gostaria de perguntar ao nobre Deputado, Líder do Governo, que me responda amanhã, hoje Vossa Excelência não pode mais utilizar da palavra, se Vossa Excelência concorda com a atitude do Governador Roberto Requião, em fazer com que o Paraná não tenha a verdadeira lei. Onde inúmeras famílias ficam presas, seqüestradas por mascarados e eles não são punidos! E a Polícia faz um papel ridículo de tentar justificar de que a coisa não é como a gente pensa.

Ora, Senhor Deputado, o Paraná vai muito mal de governança! Quero dizer a Vossa Excelência que o episódio Ferreirinha foi constatado pela Polícia Federal como uma farsa! Os papéis dizem, o inquérito diz que foi uma farsa! E Vossa Excelência vem tentar enganar 54 Deputados, ou tentar enrolar uma coisa que não é enrolável! Gostaria de dizer ao nobre Deputado que os 54 componentes desta Assembléia não são bobos, que o Paraná não é feito de pessoas ignorantes, mas tem que aceitar os absurdos que este Governador incute na nossa política.

É vergonhosa a posição do Senhor Requião em querer criar o disque-Quercia no Paraná! O Brasil inteiro vê que isso é uma posição ridícula, não é posição de um estadista que deveria elevar o Paraná positivamente e não negativamente! Nós repudiamos esta atitude do Governo do Paraná, que gasta o nosso dinheiro na imprensa nacional para tentar se promover! Nós somos contra as atitudes do Senhor Governador Roberto Requião!

O Senhor está sabendo que o Banco do Estado do Paraná está com um prejuízo operacional de mais de 16 bilhões de cruzeiros e que a diretoria está atrasando o balanço para poder mascarar, novamente enganar a opinião pública? Vossa Excelência

não sabe, mas está acontecendo! Infelizmente o Banco do Estado do Paraná está com um prejuízo operacional pela incompetência daqueles que estão lá dentro e pela incompetência do próprio Governo, que gasta bilhões de cruzeiros para tentar se promover e denegrir a imagem do Senador Vieira. O Paraná não pode aceitar estas barbaridades deste Governo que se instalou há 6 meses no Palácio Iguaçu! O Partido da Oposição, os Deputados independentes querem respostas! Querem respostas do Governo do Paraná, e eu gostaria que Vossa Excelência abrisse os canais da imprensa, que não amordaçassem a imprensa! Que Vossa Excelência através do Governo, porque Vossa Excelência é o porta-voz do Governo nessa Casa, eu gostaria que Vossa Excelência liberasse a imprensa para que publicasse tudo o que aqui se fala, tudo o que a Oposição aqui fala, porque infelizmente, muitas vezes, somos convocados a falar a imprensa, mas não sei, só sei a verdade do Governo, e a verdade dos Deputados independentes não sai! Nós não somos Oposição radical, temos votado com uma série de matérias do Governo do Estado que vêm de encontro com o povo do Paraná, mas contestamos os absurdos, a pouca vergonha e o ridículo, e nós contestamos a ridicularidade do Governo do Paraná, do Senhor Roberto Requião. E Vossa Excelência vem me dizer que há razões de sobra para que esse Governo realmente seja o Governo do Paraná. Nós não podemos concordar porque estaríamos institucionalizando a mentira no Paraná, a fraude do Ferreirinha. Eu gostaria que se fizesse justiça, que a justiça do Paraná realmente honrasse aquilo que está na Constituição, que colocasse na cadeia quem cometeu fraudes porque nós sabemos que a coisa vai se diluir com o passar do tempo, algum bode expiatório vai assumir essa função de ter feito e denunciado, ou colocado à época das eleições o episódio "Ferreirinha", todos nós sabemos isso. Infelizmente o Paraná tem que conviver com esse tipo de coisa, nós não podemos aceitar, temos que levantar nossa voz, aprovar o que é certo, reprovar o que é errado, e acima de tudo, censurar aquilo que nós não achamos coerente, de bom senso. A Bancada de oposição, eu tenho certeza, estará aqui para questionar muito mais do que Vossa Excelência imagina, e eu gostaria que Vossa Excelência liberasse a Bancada do Governo para votar naquilo que a oposição pede de informações, que não obstruísse a votação, porque quem não tem medo, não teme.

Nós temos uma série de questionamentos a fazer para o Governo e gostaria que Vossa Excelência, usando de grandeza, liberasse a Bancada do Governo para que ele possa responder de fato aquilo que nós

Curitiba, terça, em 20.08.91

queremos. E quanto a corrupção acontecida na Secretaria de Saúde, o ano passado, eu quero ser mais específico com Vossa Excelência, foi a época de Delcino Tavares, eu vi montes e montes de processos às mãos do Senhor Alex, que era o Presidente da AMP, Associação Médica do Paraná, obras que estavam lá num empenho e pagas, mas que não existem. Infelizmente eu não pude acompanhar a CPI da Saúde no ano passado, mas se aqui estivesse, tenha certeza Vossa Excelência, a história seria outra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei ns. 254, 260 e 263/91.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei ns. 043, 091, 130, 268 e 273/91.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E:

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 324/91

I - exonerar, a pedido, ADRIANE MARTA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de julho de 1991;

II - prover, NADIR ADÉLIA MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de julho de 1991;

III - autorizar NADIR ADÉLIA MACHADO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de julho de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5995)

##### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 325/91

I - Prover, DAVI VIANNA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1° de junho de 1991;

II - autorizar DAVI VIANNA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos,

a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6333)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 326/91

exonerar, a pedido, PEDRO ARTHUR SAM-PAIO, do cargo em Comissão, símbolo 1-C, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 1º de julho de 1991.

(Prot. nº 6379)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 327/91

prover, MANOEL EDUARDO LUPION GANDARA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Colombino Grassano, a partir de 1º de julho de 1991.

(Prot. nº 6380)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 328/91

I - exonerar, a pedido, OSMAR TOZETTO, do cargo em Comissão símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de julho de 1991;

II - prover, RENATO SPERLING JUNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Plauto Miró Guimarães, a partir de 1º de julho de 1991.

(Prot. nº 6474)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 329/91

autorizar, MARCOS UNIGA, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 5350)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 330/91

autorizar, GABRIEL BROTO e MARLENE DE BRITO PERRONE, funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 5358)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 331/91

autorizar, a partir de 1º de junho de 1991, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970:

ANA CRISTINA SOUZA, ANGELINA GARCIA PACHECO, ADILSON VICENTINI, SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, Nanci Terezinha Kotelak, PAULA GREIFFO COUTINHO, AMARILDO RODRIGUES DE OLIVEIRA, AIRTON CÉSAR SANTIN, EUZA ARAÚJO RIBEIRO, MARIA LILIAM D'AMARAL BORCHARDT, REGINA TRINKEL, MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, ÍSIS RITA DE CÁSSIA COSTA, PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS, DOROTI WOLKMER LINHARES, MARIA ELISA REBELLO BORGES, MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, KÁTIA MARIA TRINKEL BRUNETTI, ODETE MÜLLER E SÔNIA GORETI DE O. CARVALHO.

(Prot. nº 5408)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 332/91

autorizar, MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 5448)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 333/91

autorizar, a partir de 1º de junho de 1991, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970:

JOÃO CAXIAS URBAN, IZAIR PEREIRA FLORES E MARIA DE LOURDES SANTOS.

(Prot. nº 5503)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 334/91

autorizar, JOGUIBE MANSUR, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 5512)

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.07.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 335/91

autorizar, CELI EUCLÉA GALLIANO, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 5515)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 336/91  
autorizar, a partir de 1° de junho de 1991, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970:

DEONILSON ROLDO, SANDRA REGINA CANTARIM M. PACHECO, JORGE NAROZNIK, LUIZ ALBERTO KUCHENBECKER, LUIZ CARLOS GONÇALVES DE CASTRO, ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS, LELINGTON LOBO FRANCO, EMERENTINO DA CRUZ PACCA, JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELLA, CENIRA SILVEIRA DA COSTA, ROBERTO NOVAES E VALDERLEI NORBERTO REBELO.

(Prot. n° 5527)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 337/91  
autorizar, MARIO AUGUSTO GUERRA, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5532)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 338/91  
autorizar, GIOACCHINO SUGAMOSTO, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5598)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 339/91  
autorizar, NEVINHA MARIA CARDOSO, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5608)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 340/91  
autorizar, SEBASTIAO BUENO, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

1970.

(Prot. n° 5639)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 341/91  
autorizar, MANOEL MARTINS DE CASTRO, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5934)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 342/91  
I - autorizar, a partir de 1° de junho de 1991, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970:

CELSON MARIANO DOS SANTOS, EDGAR SANTOS BUQUERA, DANILO CERQUEIRA LEITE JÚNIOR, DARCI KLIEMANN, MOYSES ABDALA MAGALHÃES e RENE VASCO GARCIA;

II - autorizar, a partir de 1° de junho de 1991, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviços extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 176, parágrafo 1°, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970:

ALCEU IVO COSTACURTA, AIRTON ALVES ARANHA, ACIR VILLATORE, DARCI ANTÔNIO BUDDEL, INOLAN ANTÔNIO G. DE OLIVEIRA, ELEVAN CEZAR RIBEIRO, JOSÉ ANTÔNIO MAINGUÊ, ROGÉRIO ANTÔNIO SOUZA NASCIMENTO, SEBASTIAO DE LIMA CARDOSO E VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO.

(Prot. n° 5971)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 343/91  
autorizar, SÔLON FONTOURA RODRIGUES, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 6263)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 344/91  
autorizar, LÁZARO DA SILVA, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%)

sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6324)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 345/91

I - autoriza, ZILDETE TEXEIRA e ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS, funcionárias efetivas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970;

II - autorizar, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA e SÉRGIO VALÉRIO ANTUNÚNCIO, funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviços extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 176, parágrafo 1º, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. 6448)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 346/91

autorizar, MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. 6452)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 347/91

mandar pagar, a THEODORA SLIWKA KULISKI, viúva do ex-Deputado Estadual, RAFAEL KULISKI, falecido em 15 de maio de 1991, pensão mensal no valor de 1/3 (um terço) do subsídio fixo de Deputado Estadual, de acordo com a Lei n. 4763, de 05 de novembro de 1963, e art. 3º do Decreto Legislativo n. 180/64, de 18 de maio de 1964; e nos termos da Resolução n. 045/90, de 26 de junho de 1990, respeitando-se o Art. 3º e respectivo parágrafo da Lei n. 7568, de 11 de janeiro de 1982.

(Prot. nº 5248)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 1º.07.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 348/91

autorizar, a partir de 1º de junho de 1991, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de

16 de novembro de 1970:

TABAJARA MARTINS, LUIZ AUGUSTO CANTADOR, BRÍGIDA LOBO KOLAROVICS, NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO, VALDOMIRA DEMETERCO, NOIR PACHECO, JOSINA PEREIRA JANJÃO, JOSINA MACHADO BINI E SENHORINHA BERNARDI.

(Prot. nº 6503)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 349/91

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970:

ELDO GEVEZIER, OSVALDO MARQUES, JUARES DE QUADROS GONÇALVES, MARCO ANTONIO MARCONCIN, LUIZ LIMA, ELÓI MEZZADRI, CESAR AUGUSTO LEONI, HELENA REGINA STEPHAN MORO, ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, LÍDIA MUCHINSKI, OLGA POPOVITCH.

(Prot. nº 6469)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 02.07.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 350/91

autorizar, MARIA DE LURDES BIZETTO REQUE, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6522)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 351/91

I - exonerar, a pedido, DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 1991;

II - prover, BENEDITO APARECIDO DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 1991;

III - autorizar BENEDITO APARECIDO DE PAULA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6528)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 352/91

I - exonerar, a pedido, SANDRA YARA DO NASCIMENTO MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de julho de 1991;

II - prover, SÔNIA MARIA PIZZOLATO ARROSSI, para exercer o cargo em Comissão,

símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de julho de 1991;

(Prot. nº 6531)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 353/91

I - exonerar, a pedido, MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de julho de 1991;

II - prover, ALICE TEREZINHA FRIEDRICH SECCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de julho de 1991;

III - exonerar, a pedido, TELMA SARA NIEDZWIEDZ, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de julho de 1991;

IV - prover, MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, a partir de 1º de julho de 1991;

V - autorizar MARIA DA LUZ FRANÇA RENAUD, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o Art. 172, inciso III, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6533)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 354/91

autorizar, ZENO PACIORNIK, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6544)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.07.91

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 355/91

I - exonerar, a pedido, NATALINA BARROCO LABEGALINE, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de julho de 1991;

II - prover, GLAIR TESSEROLI CORREIA, para exercer o cargo em Comissão símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de julho de 1991.

(Prot. nº 6660)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 356/91

I - exonerar, a pedido, JOÃO MARIA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de julho de 1991;

Curitiba, terça, em 20.08.91

II - prover, ARI VALDECIR NOGUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PRN, a partir de 1º de julho de 1991;

III - autorizar, ARI VALDECIR NOGUEIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o art. 177, da Lei nº 6174 de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6698)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 357/91

I - exonerar, a pedido, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

II - exonerar, a pedido, LUIZ SÉRGIO CAMARGO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

III - exonerar, a pedido, MANOEL JUVENAL DA CRUZ, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

IV - exonerar, a pedido, ANA MARIA BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

V - exonerar, a pedido, NICOLAU SEBASTIÃO LOPES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

VI - exonerar, a pedido, FRANCISCO PIRES DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01.07.91;

VII - exonerar, a pedido, ANATOLIO LIPINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gab. do Dep. Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

VIII - exonerar, a pedido, SUELI CRISTINA MUHLSTEDT, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

IX - prover, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

X - prover, JOÃO BATISTA LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

XI - prover, ANSELMO PEREIRA FAUSTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

XII - prover, PAULO REMILSON BRUNETTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 1991;

(Prot. nº 6710)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 358/91

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CARLOS SELHORTS, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1991;

II - exonerar, a pedido, NELSON LOURES MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1991;

III - exonerar, a pedido, ANSELMO PEREIRA FRAUSTO, do cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1991;

IV - prover, NILSON RIMOLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1991;

V - autorizar, NILSON RIMOLI, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, MARCELO GONÇALVES MARCELINO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1991;

VII - autorizar, MARCELO GONÇALVES MARCELINO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

VIII - prover, ANA MARIA BARBOSA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-C, do Gabinete da Liderança do PDT, a partir de 1º de julho de 1991;

IX - autorizar, ANA MARIA BARBOSA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6712)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 359/91

I - exonerar, a pedido, GILBERTO DAIROS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Procuradoria, a partir de 1º de julho de 1991;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ RENATO DUARTE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor do Gabinete da Presidência, a partir de 1º de julho de 1991.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 360/91

I - prover, JOSÉ RENATO DUARTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-3, de Diretor da Diretoria da Procuradoria, a partir de 1º de julho de 1991;

II - autorizar JOSÉ RENATO DUARTE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem

por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.07.91.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 361/91

autorizar FRANCISCO BUBNIAK, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6726)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 362/91

I - exonerar, a pedido, GISELE TAVARES VELHO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de julho de 1991;

II - prover, MARILENE TOZONI TAVARES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de julho de 1991;

III - autorizar MARILENE TOZONI TAVARES DA SILVA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6730)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 363/91

I - exonerar, a pedido, WELINGTON DE SOUZA CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de julho de 1991;

II - prover, CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de julho de 1991;

III - autorizar CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

IV - exonerar, a pedido, LAISE HIROKO SATO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de julho de 1991;

V - prover, WELINGTON DE SOUZA CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 1º de julho de 1991.

(Prot. nº 6732)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 364/91  
autorizar RUI FRANCISCO GABARDO, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 6733)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 365/91

I - exonerar, a pedido, SÍLVIA EUFÊNIA ALBERTINI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1° de julho de 1991;

II - prover, MARCELO RENAUXO WILLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1° de julho de 1991.

(Prot. n° 6737)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 366/91

autorizar, NELSON AUGUSTO ARAUJO, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço extraordinário, na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 176, parágrafo primeiro da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 6783)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.07.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 367/91

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO - o infausto passamento do Senhor Gabriel Manoel, ex-Deputado Estadual, ocorrido em data de 18 de julho do corrente ano, nesta Capital;

CONSIDERANDO - a importância das contribuições prestadas ao Estado do Paraná em vida;

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para este Poder Legislativo e para a sociedade paranaense; dada a sua promissora carreira de homem público, como Deputado Estadual, sempre voltado para as aspirações da comunidade;

R E S O L V E:

Art. Único - A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, guardará luto oficial, por três (03) dias, a contar desta data, como expressão de pesar, pelo falecimento, do ilustre Senhor GABRIEL MANOEL.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 368/91

autorizar, HILTON RONALD ALICE, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secre-

taria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5506)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 369/91

autorizar, AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5577)

Palácio "XIX de Dezembro", em 19.07.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 372/91

tornar sem efeito o Ato da Comissão Executiva n° 321/91, de 1° de julho de 1991, que proveu BÁRBARA PINHEIRO MACHADO FERNANDES MORES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 374/91

autorizar, MARCIONÍLIO SANCHO CAMBUHY, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5010)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 375/91

autorizar, FRANCISCO BOTELHO NÉIA, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5015)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 376/91

autorizar, EMÍLIO REINOLDO GREBER, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5016)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 377/91  
autorizar, DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5017)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 378/91  
autorizar, NILTON BUSATTO, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5557)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 379/91  
autorizar, os funcionários abaixo relacionados, todos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970;

PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES,  
LUIZ BROTTTO NETO, GERSON NEME, JOÃO ALBERTI ANDRETTA.

(Prot. n° 5927)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 380/91  
autorizar, MARIA LEONILDA ROCHA ZANETTI, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5937)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 381/91  
autorizar, MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOS-LAWSKI, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5939)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 382/91  
autorizar, WALMOR MARCELLINO, funcionário

efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7015)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 383/91  
autorizar, GERSON EVANGELISTA PASSOS, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7106)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 384/91  
autorizar, LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço extraordinário, na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 176, parágrafo 1° da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7190)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.08.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 385/91  
autorizar, IVETTE HENEQUEM DRANKA, funcionária efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7389)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 386/91  
I - exonerar, a pedido, EMÍLIA MORYAMA UEDA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1° de agosto de 1991;

II - prover, FUKUIE KONDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Severino Félix Pessoa, a partir de 1° de agosto de 1991;

III - autorizar FUKUIE KONDO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de agosto de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7390)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.08.91.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 387/91

I - exonerar, a pedido, ROGÉRIO ANTONIO RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1° de agosto de 1991;

II - prover, ANDREA CANDEU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1° de agosto de 1991.

(Prot. n° 7445)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 388/91

I - exonerar, a pedido, TEREZINHA MALTAURO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1° de agosto de 1991;

II - prover, CLAUDIA BEATRIZ MALTAURO NICKEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Lourenço Fregonese, a partir de 1° de agosto de 1991;

III - autorizar, CLAUDIA BEATRIZ MALTAURO NICKEL, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de agosto de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 7444)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 389/91

I - exonerar, a pedido, NORBERTO RUDNICKI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1° de agosto de 1991;

II - exonerar, a pedido, GILVAN ALBERTO FUCHS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1° de agosto de 1991;

III - exonerar, a pedido, ARI NOEL HEIN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1° de agosto de 1991;

IV - exonerar, a pedido, JOÃO ALBERTO DE BRITTO NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1° de agosto de 1991;

V - prover, ARI NOEL HEIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1° de agosto de 1991;

VI - prover, JOÃO ALBERTO DE BRITTO NETO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Alceu Swarowski, a partir de 1° de agosto de 1991.

(Prot. n° 7453)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 390/91

I - exonerar, a pedido, JOÃO BENTO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a

partir de 1° de agosto de 1991;

II - prover, MOACIR BENTO GUIMARÃES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Arlindo Troian, a partir de 1° de agosto de 1991.

(Prot. n° 7530)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 391/91

I - exonerar, a pedido, ANGELA MARIA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra Guimarães, a partir de 1° de agosto de 1991;

II - exonerar, a pedido, CLÁUDIO NELSON GEHRING, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra Guimarães, a partir de 1° de agosto de 1991;

III - prover, ROSALINA MUSTASSO GARCIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra Guimarães, a partir de 1° de agosto de 1991;

IV - prover, RAUL PINHEIRO DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Mário Bezerra Guimarães, a partir de 1° de agosto de 1991.

(Prot. n°s 7531 e 7532)

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 392/91

autorizar, WILSON RAMOS, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de junho de 1991, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 5590)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1° Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2° Secretário

## Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

## PORTARIA N° 082/91

conceder, a JOSANE MARIA CARRADONE, funcionária contratada deste Poder Legislativo, sessenta (60) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 09 de maio de 1991.

(Prot. n° 4565)

PORTARIA N° 083/91

conceder, a DULCINEIA ANGELA CECATTO RIBEIRO, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 12 de maio de 1991.

(Prot. n° 658)

PORTARIA N° 084/91

colocar, à disposição da Prefeitura Municipal de APUCARANA, A FUNCIONÁRIA CONTRATADA deste Poder, pelo regime da CLT, ELIS REGINA DEMICIANO, a partir de 01 de agosto de 1991, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1991.

(Prot. n° 7178)

(a) ABIB MIGUEL

DIRETOR GERAL

Palácio XIX de DEZEMBRO, em 19.08.91